CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 714, DE 2013
(Do Poder Executivo)
MSC 145/2013
AV 280/2013

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 439, de 13 de outubro de 2011, que renova a permissão outorgada à Fundação Mãe de Deus para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR) PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR)REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 - CF)

Mensagem nº 145

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

- 1 Portaria nº 372, de 19 de abril de 2010 Universidade Estadual de Londrina, no município de Londrina PR;
- 2 Portaria nº 1.213, de 25 de novembro de 2010 Fundação Evangélica Trindade, no município de Jundiaí SP;
- 3 Portaria nº 296, de 1º de agosto de 2011 Município de São José do Rio Preto, no município de São José do Rio Preto SP;
- 4 Portaria nº 407, de 12 de setembro de 2011 Fundação Álvaro Cordeiro FUNDACOR, no município de Coração de Jesus MG;
- 5 Portaria nº 409, de 12 de setembro de 2011 Fundação Logos Edições, Jornalismo e Radiodifusão, no município de Itatiba SP;
- 6 Portaria nº 417, de 12 de setembro de 2011 Fundação Cultural e Comunitária Missões de Vida de Ourinhos, no município de Ourinhos SP;
- 7 Portaria nº 439, de 13 de outubro de 2011 Fundação Mãe de Deus, no município de Caxias do Sul RS;
- 8 Portaria nº 443, de 13 de outubro de 2011 Fundação Fafit de Rádio e TV Educativa, no município de Itararé SP;
- 9 Portaria nº 444, de 13 de outubro de 2011 Fundação Nagib Haickel, no município de São Luís MA; e
- 10 Portaria nº 502, de 6 de dezembro de 2011 Fundação Universitária de Rádio e Televisão, no município de Araraquara SP.

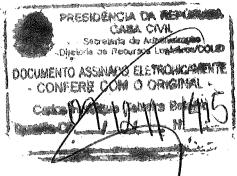
Brasília, 9 de abril de 2013.

BRUSSI

PORT. 439/2011.

F-M 6

EM nº. 853/2011 - MC



Brasília, 6 de dezembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.016443/2010, acompanhado de Portaria, que renova permissão outorgada à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS para executar, com fins exclusivamente educativos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Caxias do Sul, Estado de Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de julho de 2010.
- 2. A outorga foi deferida à **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS**, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000.
- 3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei n^{o} 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto n^{o} 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
- 4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
- 5. Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso

Respeitosamente,



PORTARIA № 439 DE , DE 13 OUTUBRO DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.016443/2010, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de julho de 2010, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILV

Ministro de Estado das Comunicações

EM/853/MC



NT915/12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

					Educativa	
	INT) ASSI	CESSO: 53 ERESSADO INTO: REN	: FUNDA	ÇÃO N O DE O	MÃE DE DEUS	
ASSI	JNTO: CIDA	DE : CAXI	AS DO ST	UL – RS		
	ROS DADOS:			·		
N. E	7: 05/07/2010 -	TEMP.			Interna	servo
			MOVIME	NTAÇ	ÕES	
SEQ.:	SIGLA	DA		SEQ.:	SIGLA	DATA
01 02	GABISCE	2610	9/11	37		
02				38	1	1 1
03		 		39		
05		 		40		
06		1		41		
07		 		43	A Section 1	
08		 	<u> </u>	44		
09		 		45		
10		 		46		
11		 		47		
12		 		48		
13				49		
14		 		50		
15		 	1	51		-
16		 	1	52		
17		 	1	53		
18		1 /	- 	54		- -
19		1		55		
20	1	,	1	56		
21		1	1	57		
22		7	1	58		
23		1	1	59		
24		1	1	60		1 1
25		1	1	61		
26		I	1	62		
27		J	1	63		1 1
28				64	24 27 344	1 1
29			1	65		1 1
30			Ì	66		1 1
31				67	·	1 1
32		1		68		1 1
33				69		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
34				70		
35				71		
36			1	72	MUNICADAS AO PROTOCOLO	

ANEXOS:	
	:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SÉRVIÇOS COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE ÁUDIO COORDENAÇÃO DE REVISÃO E RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Despacho: //88 /2010

Referência.: Nº 53000.016443/2010

Assunto: Renovação de Outorga

Tendo em vista a documentação anexa, tratando do assunto em tela, relativamente à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 12 de Abril de 2010.

MARIA SALETE BORGES DE ALMEIDA LEONARDO

Chefe de serviço

De acordo. Proceda-se a apertura de processo conforme proposto.

VANEA RABELO

COORDENADOR(A) -GERAL GRUPO DE TRABAL∰O - PORTARIA Nº 158, DE 20/06/2008

PSO/SEDAP/CGLO/DEOC/SC



Exmo. Senhor HÉLIO COSTA

DD. Ministro de Estado das Comunicações

BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DA 8 COMUNICAÇÕES ERASÍLIA - OF

53000 016443/2010-69

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS., com sede na Rua Feijó Júnior nº 275 - Bairro São Pelegrino, nesta cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 92.862.572/0001-06, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na mesma cidade, tendo em vista as disposições do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, por seu diretor abaixo firmado, comparece perante Vossa Excelência para requerer se digne apreciar e submeter à decisão da autoridade competente, o presente pedido de Renovação, por novo período, da Permissão, cujo prazo de vigência foi outorgado pela Portaria nº 291/MC de 09/12/1998, DOU de 11/12/1998, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 463 de 04/07/2000, DOU de 05/07/2000, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

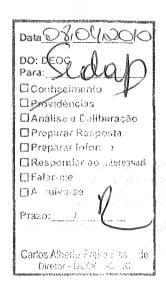
Declara, outrossim, conhecer as cláusulas que passarão a regular suas relações com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço, caso o pedido de renovação seja atendido e declara, por este instrumento, aderir às referidas cláusulas, achando-as conforme com seus interesses.

Também anexa documentação necessária para o devido andamento do Processo.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

t Roque/Lon**ghi** Diretor

Fundação Mãe de Deuş





Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA – DF

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, empresa sediada na Rua Feijó Júnior nº 275 - Bairro São Pelegrino, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.862.572/0001-06, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na mesma cidade, por seu Diretor ao fim assinado, DECLARA, para fins de prova junto a este Ministério das Comunicações, que tem conhecimento e adere às cláusulas baixadas pelo Decreto nº 88.066, de 26 de Janeiro de 1983, que deverão regular as relações das concessionárias e permissionárias com o Poder Concedente no novo período de exploração do serviço.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosert Roque/Longhi Diretor

Fundação Mãe de Deus.



LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR DE RADIODIFUSÃO

INTERESSADO:

1.1 Nome : FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

1.2 Endereço : Rua Feijó Jr. 275 - Bairro São Pelegrino - Caxias do Sul - RS

1.3 Nome e local da emissora a que se destina o transmissor : Fundação Mãe de Deus — Rua Vitório Pellin s/nº - Nossa Senhora do Pedancino — Caxias do Sul - RS

2. VISTORIA:

2.1 Motivo : Renovação de Outorga

2.3 Endereço do local onde foi realizada : Planta Transmissora da Estação – Rua Vitório Pellin s/nº - Nossa Senhora do Pedancino – Caxias do Sul - RS

2.2 Data em que foi realizada: 04/03/2008

3. FABRICANTE:

3.1 Nome: MTA Eletrônica Industrial Ltda

3.2 Endereço : Rua Santa Crescência nº 268 - Bairro Ferreira - São Paulo - SP.

4. FUNÇÃO DO TRANSMISSOR: Principal

5. MEDIÇÕES:

5.1 Frequência

5.1.1 Nominal: 107.900.000 Hertz

5.1.2 Medida : 107.899.518 Hertz

5.1.3 Variação de frequência após 60 minutos : 36 Hz

5.1.4 Variação de frequência com variação de +/- 10% de AC rede: 0 Hz

2. P. 4.

1



5.2 Resposta de Áudio Frequência:

5.2.1 Pré-ênfase : 75 us

Modulação 25 %	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Mono	- 0,99	- 0,30	0,00	0,69	5,62	8,82	11,19	15,08	dB
Canal E	- 1,31	- 0,53	0,00	0,77	5,60	8,55	10,84	14,50	dB
Canal D	- 1,14	- 0,26	0,00	0,61	5,08	8,98	11,50	15,04	dB

Modulação 50 %	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Mono	- 0,99	- 0,31	0,00	0,68	5,59	8,78	11,14	15,03	dB
Canal E	- 1,31	- 0,52	0,00	0,77	5,59	8,53	10,83	14,47	dB
Canal D	- 1,10	- 0,25	0,00	0,63	5,86	8,98	11,50	15,04	dB

Modulação 90 %	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Mono	- 0,99	- 0,31	0,00	0,69	5,59	8,78	11,14	15,03	dB
Canal E	- 1,30	- 0,52	0,00	0,77	5,58	8,53	10,83	14,47	dB
Canal D	- 1,10	- 0,25	0,00	0,62	5,84	8,98	11,48	15,03	dB

J. ...



5.3 Distorção Harmônica:

Modulação 25 %	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Mono	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	%
Canal E	0,56	0,50	0,50	0,48	0,50	0,49	0,50	0,58	%
Canal D	1,20	1,10	1,20	1,10	1,10	1,10	1,00	0,90	%

Modulação 50 %	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Mono	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,09	0,08	%
Canal E	0,21	0,20	0,20	0,19	0,20	0,20	0,20	0,35	%
Canal D	0,60	0,58	0,55	0,50	0,60	0,50	0,50	0,50	%

Modulação 90 %	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Mono	0,09	0,09	0,09	0,11	0,12	0,09	0,08	0,09	%
Canal E	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,12	0,11	0,34	%
Canal D	0,38	0,36	0,36	0,35	0,36	0,36	0,34	0,39	%

5.4 Nível de ruído de FM:

- 71 dB em relação a 100% de modulação a 400 Hz.

5.5 Nível de ruído de AM:

- 52 dB em relação a 100% de modulação a 400 Hz.

5.6 Atenuação de Harmônicos e Espúrios :

120 kHz a 240 kHz > 74 dB 240 kHz a 600 kHz > 74 dB 600 kHz a infinito > 77 dB

5.7 Potência de saída : 1000 Watts medido com Wattímetro externo.



6. INFORMAÇÕES PARA ESTEREOFONIA:

6.1 Gerador de Estéreo:

Fabricação 6.1.1

: MTA Eletrônica Industrial Ltda.

Modelo 6.1.2

: CD 50

6.2 Medições:

Frequência da subportadora piloto 6.2.1

: 18.999,8 Hertz

Variação após 60 minutos de operação : 6.2.2

0,0 Hertz

Nível da modulação da portadora principal pela subportadora piloto : 9,0% 6.2.3

6.2.4 e 6.2.5 Separação Estereofônica:

	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
E→D	36	35	32	·32	32	32	. 32	31	dB
D→E	43	39	34	34	33	33 ·	33	34	dB

6.2.6 Diafonia:

	50	100	400	1000	5000	7500	10000	15000	Hz
Canal Principal	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	dB
Canal Estéreo	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	> 40	dB

Modulação residual da portadora principal (38 kHz) : 6.2.7

> 56 dB em relação a 90% de modulação a 400 Hz.

e.e.s



7. OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR:

7.1 Plaqueta de Identificação:

7.1.1 Fabricante : MTA Eletrônica Industrial Ltda.

7.1.2 Modelo : FM1000S 7.1.3 Data de fabricação : 13/09/2000

7.1.4 Número de série : 442

7.1.5 Potência de saída : 1000 Watts 7.1.6 Freqüência : 107,9 MHz 7.1.7 Consumo : 2.200 VA 7.1.8 Homologação : 40797-XXX518

7.2 Medidores de estágio final de RF:

7.2.1 Corrente DC de Coletor de RF : Sim, de 0 a 12 Amperes

7.2.2 Tensão DC de Coletor de RF : Sim, de 0 a 120 Volts.

- 7.2.3 Potência de saída direta e refletida : Sim, de 0 a 110%
- 7.3 Existência de tomadas de RF para ligação de Monitor de :

a) Modulação : Sim, na parte traseira do transmissor.

b) Freqüência: Sim, na parte traseira do transmissor.

7.4 Existência de blindagens nas ligações de RF entre as unidades do transmissor :

Sim

7.5 Existência de blindagens nos estágios ou unidades :

Sim

- 7.6 Dispositivos de segurança pessoal :
 - 7.6.1 De descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão:

Três resistores de descarga.

7.6.2 Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas ao terra:

Sim.

Z.R. 000



7.6.3 Existência de interruptores de segurança, em todas as portas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem estas tensões quando qualquer uma dessas portas for aberta :

Esse transmissor não possui tensões superiores a 350 Volts.

7.6.4 Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts :

Esse transmissor não possui tensões superiores a 350 Volts.

- 7.7 Existência de dispositivos de proteção do transmissor :
 - 7.7.1 Fonte de Alimentação:

Proteção por meio de circuitos eletrônicos e fusíveis que desligam as alimentações dos módulos de potência.

- 7.7.2 Proteção contra falta de ventilação adequada através de sensores eletrônicos de temperatura.
- 7.7.3 Proteção contra onda estacionária.

D. C.C.



8. DECLARAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:

8.1 Declaração dos Profissionais Habilitados:

Declaramos serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por nós realizado, pessoalmente no transmissor a que se refere. O presente Laudo consta de 10 folhas, todas numeradas e rubricadas com as rubricas e rubricadas com as rubricas de que fazemos uso.

Caxias do Sul, 04 de Março de 2008.

Carlos Augusto Damin

Engo CREA no 57.454, 8ª Região

CPF: 235.671.630-00

Tolunas R. Commed

Eduardo Rosario Hommerding Engo CREA no 77.338-6

CPF: 737.462.589-87

8.2 Parecer Conclusivo:

Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, DECLARAMOS que o transmissor de freqüência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.

Caxias do Sul, 04 de Março de 2008.

Carlos Augusto Damin

Engo CREA no 57.454, 8ª Região

CPF: 235.671.630-00

Toluando P. Kommed

Eduardo Rosario Hommerding Engo CREA no 77.338-6

CPF: 737.462.589-87



8.3 Declaração do Interessado:

Na qualidade de representante legal da FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, declaro que os Engenheiros CARLOS AUGUSTO DAMIN e EDUARDO ROSARIO HOMMERDING estiveram na Planta Transmissora da Estação em 04 de Março de 2008 - RS, ensaiando o transmissor de frequência modulada fabricado por MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA., modelo FM1000S, número de série 442, com potência de 1000 Watts.

Caxias do Sul, 04 de Março de 2008.

MOSART ROQUE LONGHI

Diretor

Fundação Mãe de Deus

D. .. 6.R.



9. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS PELOS VISTORIADORES :

9.1 Monitor de Modulação

9.1.1 Fabricante : QEI 9.1.2 Modelo : 691 9.1.3 n° de série : 691698

9.2 Wattimetro Thruline

9.2.1 Fabricante : Bird
 9.2.2 Modelo : 43
 9.2.3 nº de série : 236649

9.3 Frequencímetro

9.3.1 Fabricante : Tektronix 9.3.2 Modelo : CDC250

9.3.3 n° de série : CDC-250TW50089

9.4 Analisador de Áudio

9.4.1 Fabricante : HP 9.4.2 Modelo : 8903B 9.4.3 n° de série : 2537A00700

9.5 Multiteste

9.5.1 Fabricante : FLUKE 9.5.2 Modelo : 75 série II 9.5.3 n° de série : 58980601

9.6 Amperímetro tipo Alicate

9.6.1 Fabricante : DAWER9.6.2 Modelo : CM-6009.6.3 n° de série : 15378

9.7 Analisador de Espectro

9.7.1 Fabricante : Tektronix 9.7.2 Modelo : 2710 9.7.3 n° de série : B021159

2.6.18



9.8 Osciloscópio Analógico

9.8.1 Fabricante : Tektronix
 9.8.2 Modelo : TAS 465
 9.8.3 nº de série : B021764

9.9 Osciloscópio Digital

9.9.1 Fabricante : Agilent
 9.9.2 Modelo : DSO3202A
 9.9.3 nº de série : CN47485364

9.10 Carga Fantasma

9.10.1 Fabricante : Dielectric
 9.10.2 Modelo : 5800
 9.10.3 nº de série : 0209881

9.11 Atenuador Coaxial

9.11.1 Fabricante : JBM Instrumentos
9.11.2 Modelo : RPA50-50-20
9.11.3 nº de série : não consta

Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS

Web Bol

Tipo:OBRA/SERVIÇO

0445/050105-4 Agencia /Código do Cedente

Nosso Número: 90000000004262853-4

Convênio: NÃO É CONVÊNIO

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Cart.Vinculo:

Recibo do Sacado

ART Nr.: 4262853

Característica: OBRA/SERVIÇO EXCETO EDIFICAÇÃO

Motivo: NORMAL

Cart.Vínculo:

ART Vínculo: ART Vínculo:

Contratado

Nr.Carteira: RS057454

Profissional: CARLOS AUGUSTO DAMIN

Nr. RNP: 2201223661 Título: * Engenheiro Eletrícista

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Nr.Reg.: 0

Contratante.

Nome: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS Endereco: RUA FEIJÓ JÚNIOR 275

Cidade: CAXIAS DO SUL

CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06

CEP:95034160 UF:RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

Endereço: RUA VITÓRIO PELLIN 0

Bairro: NOSSA SENHORA DO PEDANCINO

Telefone: CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06

UF:RS

Cidade: CAXIAS DO SUL Finalidade: RURAL Data Início: 04/03/2008

Dimensão: 0.00 Prev.Fim: 04/03/2008

Vir Contrate: 0.00

Bairro: SÃO PELEGRINO

CEP:95100000 Henerários: 3.000,00

Valor ART: 30,00

Ite Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço

Vencimento: 08/04/08

Quantidade Unid.

1 Laudo Técnico

Ent.Classe: 6

LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR MTA, MODELO FM1000S

1,00 KW

Autenticação Mecânica

As partes elegem, para dirimir diverge	èncias decorrentes do presente Contrato, a , com a concordância expressa SIM, ao lado	resolução po	r Arbj	tragem, p	ela Çama	ra de
Mediação e Arbitragem do CREA-RS	, com a concordância expressa SIM, ao lado	das palavra	s #oh	tratante e	Profissio	nal.
			618 12	73		

JUL, 04/03/2008

Deglaro sorem verdadriras as informações acima

Local e Data

Profissional(

Contratante(

Válida somente quando quitada, com as assinaturas do Profissional, do Contratante entregue ao CREA Atenção: A ART deve estar quitada no início da obra/serviço técnico, conforme Resolução nº 425/98 do Confeã.



Autenticidade

ART N° 3247942-4

A.R.T. Anotação de Responsabilidade Técnica

ART autenticada eletronicamente via CREAMET

- COMMUNICATION	Anna transaction de la contraction de la contrac	indicated and disconnection of the property of		
ENGENHEIRO ELETRICISTA		077338-6	Empresa Executora:	
EDUARDO ROSARIO HOMMERI	DING			
RUA RUA PARA,97 AP 303 ED	ELIZABETH JOA	ACABA		
S.TEREZA	89600-000	SC	Fone:	Fax:
Fone: 4935221445 Fs	x: 737.4	62.589-87	Normal	
eduardorh@jov.com.br				
- Contratante				
Fundação Mãe de Deus			92862572000106	
Rua Feijő Jr n° 275				
São Pelegrino	CAXIAS DO SUL		RS	
95034-160	54 3028 3888			
Resumo do Contrato				
Lavida da Casada sasa 6200 o				

Laudo de Ensaio para fins de renovação de outorga em transmissor de fabricação da MTA Eletrônica

Início em :04/03/2008	Término em : 06/03/2008	Honorários: R\$3.000,00	Valor Obra/Serviço: R\$3.000,00		
- Identificação da Obi	ra/Serviço				
Fundação Mãe de C	9286257200	92862572000106			
Vitório Pelin s/n N. Sra. do Pedancino	- CAVIAC DO CIE	po.	1		
95100-000	o CAXIAS DO SUL 54 3028 3888	RS	Λ/	// // //	
- Assinaturas	J4 J020 J000			a Att H	
	Educado R.	Domina	MAAI	I'll mill	
III2 OO ZATXAD	FNIARNA RASARTA	HOMMERD THE	Fundagao Ha	a de lieus	
06/03/2008	737.46	2.589-87	# 5 (2)	2572000106	
Este documento anota	a perante o CREA-SC, p <i>ara</i> ef	eitos legais, o contrato escrito	o ou verbal realizado	entre as partes (Kei 6.496/77)	
	Reservad	lo ao Responsável Técnic	B Inprocession		
- Participação Técnica -		Atividades .		/ ART: 3247942-4	
Individual				: Consett de de	
		Objetos 24 47	Classificação B0109	Quantidade Unidade 1700 41	
		21 11	50103	1700 41	
Entidade de Classe					
Nenhuma					
NCI II IUMA					
Regularização					
- Descrição Complemen	ıtar				

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir www.crea-sc.org.br Este documento foi conferido e autenticado eletronicamente, estando sujeito a novas verificações conforme resolução 425/98 CONFEA.

AUTO-ATENDIMENTO - CAXIAS DO SUL

DATA: 07/03/2008

HORA: 11:50:06

TERMINAL: 04651015

CONTROLE: 046510154781

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE BLOQUETO

CONTA DEBITADA: 0418 001.00011881-9 NOME: EDUARDÓ ROSARIO HOMMERDING

NOME DO BANCO:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DATA DO VENCIMENTO : 12/03/2008

DATA DO PAGAMENTO : 07/03/2008

VALOR DO PAGAMENTO : 30,00

REPRESENTACAO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS 1049000019 24818707739 38324794205 1 38090000003000

> OUVIDORIA DA CAIXA: 0800 725 7474 RECLAMACOES, SUGESTOES E ELOGIOS

ATESTADO



Atestamos para os devidos fins que a FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS - RÁDIO MÃE DE DEUS FM 107,9 com sede na cidade de Caxias do Sul/RS, Rua Feijó Junior, 275 inscrita no CNPJ n°92.862.572/0001-06, não possui funcionários ligados ao Sindicato dos Trabalhadores em Radiodifusão.

Informamos ainda que por ser uma entidade sem fins lucrativos todo o trabalho é efetuado pela Diretoria, sem remuneração, e por voluntários.

Caxias do Sul/RS 05 de janeiro de 2010.

Diretor Presidente





<u>ATESTADO</u>

Atestamos, a pedido da parte interessada e para os devidos fins, que a **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS - RÁDIO MÃE DE DEUS FM 107,9** com sede na cidade de Caxias do Sul, Rua Feijó Júnior, 275, inscrita no CNPJ sob o número 92.862.572/0001-06, está isenta do pagamento da contribuição sindical urbana, conforme Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.012, de 04/08/2003, fato que podemos atestar pelos documentos apresentados que se encontram em nosso poder, arquivados na secretaria da entidade.

Porto Alegre, 04 de março de 2010.

Ary F. Cauduro des Santos Presidente

SINDIRÁDIO - SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CNPJ Nº 92.964.295/0004 - 34 Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA – DF



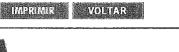
DECLARAÇÃO

O infra-assinado, dirigente legalmente responsável pela FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, inscrita no CNPJ sob n° 92.862.572/0001-06, DECLARA que esta emissora não é afiliada, nem tem afiliadas, não infringindo a redação do parágrafo 5° do Artigo 220 da Constituição Federal (§ 5° - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio).

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Long Diretor

Fundação Mãe de Deus





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

92862572/0001-06

Razão Social: FUNDACAO MAE DE DEUS

Endereço:

RUA VISCONDE DE PELOTAS 809 TERCEIRO ANDAR / CENTRO /

CAXIAS DO SUL / RS / 95020-181

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

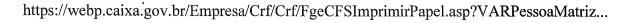
Validade: 29/03/2010 a(27/04/2010)

Certificação Número: 2010032909084076357235

Informação obtida em 29/03/2010, às 09:08:41.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br









CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDACAO MAE DE DEUS

CNPJ: 92.862.572/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://www.receita.fazenda.gov.br> ou http://www.pgfn.fazenda.gov.br>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007. Emitida às 16:13:39 do dia 08/03/2010 <hora e data de Brasília>. Válida até 04/09/2010. 05 04 40 Código de controle da certidão: E86D.1A41.1184.FCF3

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

Certidão Negativa Nº 1345 / 2010

Certificamos que, FUNDACAO MAE DE DEUS, CNPJ 92.862.572/0001-06, encontra(m)-se inscrito(s) junto ao Cadastro Econômico do ISS sob o alvará de localização nº 14114, RUA FEIJO JUNIOR, 275, Bairro SAO PELEGRINO, no ramo de OUTROS de SOCIEDADE FILANTROPICA E BENEFICENTE, estando quite(s) com os tributos municipais, lançados é vencidos até a presente data, ressalvando esta Fazenda Municipal o direito de efetuar a cobrança de valores que porventura venham a ser apurados. A presente Certidão foi solicitada para fins de COMPROVAÇÃO, e terá validade por 180 dias de sua expedição, de conformidade com o art. 206, da Lei Complementar Municipal nº12/94.

MUNICIPIO DE CAXIAS DO SUL, Quarta-feira, 3 de Fevereiro de 2010.

A aceitação deste documento está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço www.caxias.rs.gov.br

Código de controle: Horao601Es5NJdHvi6Uw

Documento emitido gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Documento válido até o dia 02/08/2010.

PLAT 105/04/120



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Secretaria da Fazenda Receita Estadual



Certidão de Situação Fiscal № 02923252

Identificação do titular da certidão Nome: FUNDACAO MAE DE DEUS

CNPJ: 92862572/0001-06

Certificamos que, aos 05 dias do mês de março do ano de 2010, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima identificado enquadra-se na seguinte situação:

Certidão negativa

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão NÃO É VÁLIDA para comprovar, em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova da existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa n.º 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 03/05/2010.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n.º 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: 08607066

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em http://www.sefaz.rs.gov.br.



MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA

DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 053062010-19022030

Nome: FUNDACAO MAE DE DEUS

CNPJ: 92.862.572/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), obejto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é valida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 23/02/2010. Válida até 22/08/2010. Part. 05/04/20

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ATA DO CONSELHO DE CURADORES DE CONSELHO DE CURADORES DE CONTROL DE CURADORES DE CONTROL DE CONTROL

No dia sete de janeiro de 2008, às quinze horas, reuniram-se os membros do Conselho de Curadores da Fundação Mãe de Deus, à rua Feijó Junior, 275, em Caxias do Sul/RS, convocados por seu Presidente para a seguinte ordem do dia: a) tomada de posse dos novos membros do Conselho de Curadores; b) eleição da Diretoria para o triênio 2008 a 2011; c) outros assuntos. O Conselho de Curadores ficou assim constituído: - como membros efetivos os instituidores, Mosart Roque Longhi e Maria Francisca Crocoli Longhi; - como membros representantes da Comunidade Oásis, Gislaine Tronco Benedetti e Ângelo Heitor Crocoli Longhi; como membros representantes da Comunidade Oásis com mandato de três anos Irma Maria Crocoli e Cristina Barbosa; os nomes dos membros da RCC com mandato de três anos não se fizeram presentes. A Diretoria para o triênio 2008 a 2011 ficou assim: Presidente -MOSART ROQUE LONGHI, brasileiro, casado, CPF 089784410-68, 9032736143, Vice-Presidente – MARIA FRANCISCA* RG CROCOLI LONGHI, brasileira, casada, CPF 133102830-20, RG 8005683341, Tesoureiro - ANGELO HEITOR CROCOLI LONGHI,* brasileiro, casado, CPF 704935100-87, RG 7060224305, residentes e domiciliados à rua Victorio Pellin s/nº no Bairro Pedancino em Caxias do Sul/RS, Secretario - GISLAINE TRONCO BENEDETTI,x brasileira, casada, CPF 423700000-15, RG 4024826531, residente e domiciliada à rua Carlos Dutra Viana, nº470 apto 13 em Caxias do Sul/RS. O Presidente deu-lhes imediata posse para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data até janeiro de 2011. Como ninguém se manifestou o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para lavratura desta ATA, o que eu Gislaine Tronco Benedetti, Secretario, o fiz. Reaberta a sessão a ATA foi lida, aprovada e segue assinada por mim e pelos membros presentes.__

Gelaine & Benedelt, bristina Barbona,
Threelo Joseph Maria Francisca. Ceocoli Jough
MANY My Sma Maria Coocoli Jough

CAPITULO 1

Da denominação, sede, foro, fins e duração



ÚÉ

- Art.10 A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, é uma entidade jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, regida por estes estatutos e pelas leis em vigor.
- Art.20 A Fundação tem a sua sede e foro em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, podendo exercer suas atividades em qualquer parte do Território Nacional.
- Art.30 A Fundação não terá fins lucrativos e terá por objetivos ou finalidades a produção e a veiculação de programas exclusivamente educativos e culturais, através de emissonas de rádio e televisão e outros meios de comunicação.
- Art.40 Para cumprimento de seus objetivos, a Fundação poderá se utilizar dos seguintes meios:
 - a) emissoras de radiofusão sonora sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais;
 - b) emissoras de radiofusão de sons e imagens sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais;
 - c) parques gráficos para impressão de cartazes, folhetos, periódicos e livros;
 - d) estúdios de produção para audio e em discos e fitas;
 - e) centros de produção para artes c coreográficas e teatrais;
- Art.50 A Fundação utilizará em suas emissor radiofusão sonora ou radiofusão de imagens o nome fantasia "Rádio Arco-Ir" TV Arco-Iris" respectivamente.
- Art.60 A Fundação terá duração ilimitada. Em caso de sua extinção, seus bens serão destinados a entidade educacional, sem fins lucrativos, a ser indicada pelo Conselho de Curadores, em reunião que decidir pela extinção.

CAPITULO II

Do Fatrimônio

Art. 70 - Constituem património da Fundação:

dotação de bens, em favor a) pela Fundação, prevista no artigo 24, do Codigo Civil, que será representada pelos imóveis a seguir descritos, objeto das matrículas números 15545 e 15546, do livro 2-RG, registro imobiliário da segunda zona deste município, os quais pertencem, atualmente a Heitor Angelo Longhi e esposa, pais de Mosart Roque Longhi, os quais serão transmitidos pelos pais ao referido filho e este, por sua vez, fará a dotação em favor da Fundação, no prazo máximo de 20 (vinte dias após a aprovação dos Estatutos e Constituição de direito da Fundação, pelo Ministério Público, através da PROCURADORIA DAS FUNDAÇOES, cujos imóveis são assim constituídos: 1) Lote urbano número 183, da quadra número 1959, setor 18, zona 44, numerações administrativas, do Bairro Panazzolo, nesta cidade, à rua Fagundes Varella, distando 54,00 metros da esquina com a rua João Mocelin, sem benfeitorias, com a ârea de 300,00 m2, medindo 12,00 metros de frente, por 25,00 metros da frente aos fundos. 2) Lote urbano número 181, da mesma quadra número 1959, setor 18, zona 44, numerações administrativas, do Bairro Panazzolo, nesta cidade, sem benfeitorias, com frente ao oeste, à rua Fagundes Varella, distando, 42,00 metros da esquina com a rua João Mocelin, sem benfeitorias, com a Area de 300,00 m2 medindo 12,00 metros de frente, por 25,00 metros de frente aos fundos.

CO DO IRIGISTRO CIVILAS

Caxial do Sul - ES

ENDORF

S. BACKENDORF

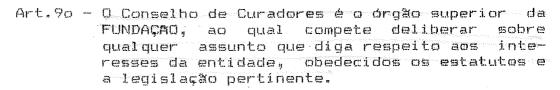
- b) as doações, contribuições, subvenções, legados e usofrutos a ela concedidos ou transferidos;
- c) os bens gerados pela administração de seu ativo ou por operações financeiras.

CAPITULO III

Dos Orgãos da Fundação

Art.80 - São órgãos da Fundação:

- a) O Conselho de Curadores;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Geral de Programação;



- Art. 10 O Conselho de Curadores é constituido de 8 (oito) membros, sendo quatro efetivos e quatro mandato de três anos, podendo reconduzidos.
- Art.11 São membros efetivos do Conselho de Curadores:
 - a) dois dos instituidores;
 - b) dois membros representantes da - Comunidade Casis;

MDACO

TRO CIVIL DA

PLIN!O

- Parágrafo Unico Os membros do primeiro Conselho de Curadores serão escolhidos instituidores.
- Art.12 Os membros do Conselho de Curadores com mandade três anos, serão designados entidades indicadas pelos Instituidores, sim compreendidas:
 - a) dois membros representantes da Comunidade Oámima
 - b) dois membros do Conselho Diocesano da Renovação Carismática Católica de Caxias Sul:
- Art.13 O Conselho de Curadores reunir-se-á, ordinariamente em cada trimestre e, extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.
- Art.14 As reuniões do Conselho de Curadores serão convocadas com entecedência mínima de 10 (dez) dias, através de edital publicado imprensa local, de cujo texto contará a ordem do dia.



- Art.15 As reuniões do Conselho de Curadores se la la compresididas pelo seu presidente e instalar-se la com a presença minima de 2/3 (dois terços) de seus membros e, em segunda convocação de la la la compresión de la la la compresión de la la compresión de la comp
- Art.16 As deliberações das reuniões serão també por maioria simples de votos dos membre presentes.
- Art.17 Compete ao Conselho de Curadores:
 - a) eleger trienalmente seu presidente e secretário;
 - b) eleger trienalmente os membros da Diretoria;
 - c) eleger trienalmente o Presidente do Conselho Geral de Programação;
 - d) deliberar sobre os assuntos levados ao seu conhecimento pela Diretoria;
 - e) examinar os lívros contábeis e papéis de escrituração da FUNDAÇÃO e de seus órgãos, estabelecimentos e entidades mantidas pela mesma, requisitando aos mesmos as informações que julgar necessárias;
 - f) deliberar sobre o balanço geral, relatório e contas da Diretoria, relativos ao exercício social anterior;
 - g) deliberar sobre proposta da Diretoria para alienação de bens imóveis e constituição de Onus sobre os bens da FUNDAÇÃO.
 - h) auferir o título de benemérito da FUNDAÇÃO a pessoas físicas e jurídicas, que a critério da diretoria forem indicadas como merecedoras.
- Art.18 A Diretoria, órgão executivo e administrativo da FUNDACAO, é composta por 4 (quatro) diretores eleitos pelo Conselho de Curadores para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.
- Parágrafo Unico Vagando-se algum cargo, o mesmo será preenchido por escolha da Diretoria, para cumprir o restante do mandato que ao substituído competiria.
- Art.19 A Diretoria é composta dos seguintes cargos:
 - a) Presidente
 - b) Vice-Presidente
 - c) Tesoureiro
 - d) Secretário

Parágrafo Unico - Compete a Diretoria a designação dos

Fig. 32

29 de março de 2010

Caxias do Sul

cargos entre seus membros, exceto de la Presidente e o Secretario que são o Presidente e o Secretario do Conselho de Curadores.

Art.20 - A Diretoria reunir-se-á sempre que por sente pelo seu presidente e suas delibros des sente tomadas em reunião com a presente minime três de seus membros, por maioria simble votos.

Parágrafo primeiro - Cabe ao Presidente, alem de seu voto como membro, proferir o voto em caso de desempate:

Parágrafo segundo cargos Diretoria, - Todos $\Box \Xi$ 自由 poderão assessoria e gerencia só ocupados por brasileiros e a sua investidura nos haver čί entidade mos, após tornado executante do serviço radiodifusão, sómente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovapelo Ministério das Comunicaches.

Art. 21 - Compete a Diretoria:

- a) administrar e superințender os trabalhos e bens da FUNDAÇÃO;
- b) apresentar anualmente ao Conselho de Curadores o Balanço Geral, o Relatório e as Contas da Diretoria para aprovação;
- c) propor ao Conselho de Curadores a outorga de título de benemérito a pessoas físicas e jurídicas merecedoras da honraria, por serviços prestados à FUNDAÇÃO;
- d) criar e instalar organismos e entidades para desenvolvimento das atividades da FUNDAÇÃO;
- e) elaborar os regulamentos dos órgãos das entidades criadas e mantidas pela FUNDAÇÃO.
- f) autorizar convênios, contratos e ajustes:
- g) alienar e constituir ônus sobre os bens da FUNDAÇÃO, mediante autorização do Conselho de Curadores:
- h) autorizar a aquisição de bens móveis e imóveis necessários às finalidades da FUN-DAÇÃO;
- i) autorizar a contratação de serviços de pessoas jurídicas e físicas necessários ao desenvolvimento dos objetivos da FUNDAÇÃO;
- j) autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras, necessárias ao desenvolvimento das atividades da FUNDA-



CAD

k) cumprir e fazer cumprir as no max estabelecidas pelos órgãos da FUNDAÇÃO DOS

DE

juizo Plinic

Art. 22 - Ao Presidente compete:

a) representar a FUNDAÇÃO em dele;

b) convocar e presidir as reuniõe ria;

c) supervisionar os trabalhos da FUNDAÇÃO;

- d) assinar os contratos, convênios de interesse da FUNDAÇÃO;
- e) praticar os atos necessários à administração da FUNDAÇÃO, organizando seus serviços admitindo e demitindo empregados;
- f) atender as solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da FUNDAÇÃO;
- g) movimentar contas bancarias em conjunto com o Tesoureiro;
- h) nomear e empossar os dirigentes dos organismos e entidades mantidos pela FUNDAÇÃO.

Art. 23 - Ac Vice-Presidente, compete:

- a) substituir o Presidente em todas as suas funções, em suas faltas ou impedimentos;
- b) colaborar com o Presidente em funções que lhe forem designadas;

Art. 24 - Compete ao Tesoureiro:

- a) dirigir e supervisionar todo o serviço de tesouraria;
- b) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da FUNDAÇÃO;
- c) elaborar o projeto do orçamento para discussão pela Diretoria;
- d) movimentar contas bancarias em conjunto com o Presidente;
- e) ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à Tesouraria;
- f) zelar pelo patrimônio dos seus móveis e imóveis:
- g) controlar a aquisição de materiais de qualquer natureza.

Art. 25 - Compete ao Secretário:

- a) dirimir e supervisionar todo o serviço de secretaria de FUNDAÇÃO;
- b) organizar as reun**iões da** Diretoria;



FUNDAÇÃO comunicações da c) efetuar as seus membros e terceiros; TENSTRO-CIVIL DE

COM WOMCO

MRIDICAS

- livros, sob sua quarda pareceres da FUNDAÇÃO: CO COSO
- e) substituir o Tesoureiro em seus
- Art.26 O Conselho Geral de Programação é eoqmo: sequintes membros:
 - a) Presidente da FUNDAÇÃO;
 - b) Dois representante da Comunidade Dásis;
 - c) Um representante da Universidade de Caxias do Sul:
- Geral de Programação, Art.27 - Compete ao Conselho estabelecer as diretrizes básicas da programação das emissoras mantidas pela FUNDAÇÃO.
- Art.28 O presidente do Conselho Geral de Programação será eleito pelo Conselho de Curadores, para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito.
- Comunidade Art, 29 - 0 representante da membro. Universitária, será indicado pela própria instituição de ensino, através de seus órgãos de classe representativos, na cidade de Caxias do Sul.
- do Conselho Geral de Programação Art.30 - Os membros reunir-se-ão ordinariamente nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente sempre que sempre convocados pelo presidente necessário. da FUNDAÇÃO.

CAPITULO IV



ALLONTINA



Do Exercício Social

- Art.31 O exercício social coincide com
- Art.32 Ao encerrar-se o exercício social, a Offentaria elaborará com base na escrituração contabil o Balanço Patrimonial e uma demonstração da origem e aplicação dos recursos.
- Parágrafo Unico O resultado positivo será aplicado no aumento de patrimônio da FUNDAÇÃO para consecução de seus fins.
- Art.33 O Balanço Patrimonial e demais demonstrações que os acompanham, uma vez aprovados pelo Conselho de Curadores, deverão ser encaminhados ao Ministério Público para seu conhecimento.
- Parágrafo Unico A FUNDAÇÃO arcará com os honorários necessários aos trabalhos de auditoria, eventualmente requisitados pelo Conselho de Curadores ou Ministério Público.

CAPITHIO V

n. 37

CIO DO REGISTRO CA

PLINIO AJI SÉRGI LEONTINA

Das Disposicoes Gerais

Art.34 - A Fundação se obriga a:

a) que todas as suas emissoras participem do SINRED (Sistema Nacional da Radiodifusão Educativa):

 b) que 20 % (vinte por cento) do tempo total de programação seja destinado à veiculação de programas produzidos ou orientados pelo Ministério da Educação;

c) que as alterações fundamentais da programação sejam submetidas ao Ministério da Educação por ocasião dos procedimentos para outorga bem como as alterações subsequentes sejam feitas com entendimento prévio com o Ministério da Educação;

d) colocar a disposição do Ministério da Educação seu acervo de programas para fins em outras emissoras educativas.

Art.35 - Não poderá a Fundação utilizar, sob qualquer forma, a rádio e televisão educativas para fins políticos-partidários, para difusão de idéias que incentivem preconceitos de raça, classe ou religião e recursos à violência e para finalidades publicitárias.

Parágrafo Primeiro - Fica ressalvada notícia de subsidios e doações, em termos de simples referência ao bem doado ou a identificação do doador, sem caráter de propaganda.

Parágrafo Segundo - Assim, também, fica admitida a possibilidade de referência estritamente institucional a entidade que promover programa de radiodifusão, devendo este ser necessáriamente de caráter educativo e cultural.

Art.36 - A reforma dos presentes estatutos dar-se-á observando:

- a) que a reforma seja deliberada pela maioria simples dos membros do Conselho de Curadores;
- b) que não contrarie os fins da FUNDAÇÃO;
- c) que seja aprovada pelo representante do

Ministerio Público, pelo drgão competente do Ministério das Comunicações e pelo: nistério da Educação;

Art, 37 - A FUNDACAO extinguír-se-á:

1111

pela impossibilidade de se manter

Cazins do Sul - B b) pela inexequibilidade de seus fins

c) por deliberação do Conselho de Curado com presença em reunião de metade mais dos membros, al incluídos os instituidores.

- No caso de extinção da FUNDAÇÃO, 日命には sérão destinados à entidade "edúcacional, fins lucrativos, la ser indicada pelo Conselho de Curadores, em reunião que decidir extinção.
- Art/39 Das reuničes/dos/órgãos/côlegiados/da FUNDAÇÃO serão sempre lavradas atas em livros proprios e registrados no cartório competente, quando necessário,
- Art.40 O presidente poderá outorgan procurações, para fins específicos, respeitado o que dispôem os presentes estatutos quanto aos poderes.
- Art.41 Nenhum membro dos órgãos da FUNDAÇÃO perceberã vencimentos e vantagens a qualquer titulo pelo exercício de cargo ou função dos membros, nem responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- Art.42 Os membros efetivos do Conselho de Curadores poderão integrar Æ diretoria da Fundação, exercendo ambas as funções cumulativamente.
- Art.43 A Comunidade Cásis é a entidade mantenedora da Fundação Mãe de Deus.

Art.44 - Que será permitido a qualquer tempo, a estabelecimentos de ensino superior no município de municípios limitados pelo alcance da sora, sua participação na programação mediante convênio OU acordo a ser firmado partes.

> BALEN 10

MECONHECT

LEON

CARIAL EM TEST

AMALIA ZAMILLUM BORGES

Escrevente Autorizada

39

Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA – DF

DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, DECLARA que cumpre as Normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4º da Constituição Federal) e legais (Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Longhi

Diretor

Fundação Mãe de Deus



Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA — DF

DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, DECLARA que cumpre o tempo percentual máximo de 25 % (vinte e cinco por cento) reservado para a propaganda comercial, tempo mínimo de 5 % (cinco por cento) para o serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir ao menos 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, sendo anexada a essa Declaração cópia de sua grade de programação.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Longh

Diretor

Fundação Mãe de Deus

SEGUNDA À SEXTA FEIRA PROGRAMAÇÃ	O DA RÁDIO FM 107,9
Nome do Programa	Horário
Você não está só	00:00 às 05:00
Vamos à casa do Senhor/educativo	05:00 às 05:30
Récita do Santo Terço	05:30 às 06:00
Caminho de Esperança	06:00 às 06:50
Vamos a Casa do Senhor e momento musical	06:50 às 08:00
Em Espírito e Verdade	08:00 às 09:15
Informativo Sócio-Amigo	09:15 às 09:30
Você é nosso convidado/jornalismo	09:30 às 11:00
Esplendor da Verdade	11:00 às 12:00
Momento musical	12:00 às 15:00
Terço da Misericórdia – com a participação do ouvinte	15:00 às 15:40
Momento musical com quadros	15:40 às 17:00
Jornal do Vaticano/jornalismo	17:00 às 17:30
Vamos à casa do Senhor/educativo	17:30 às 18:00
Momento Musical	18:00 às 19:00
Voz do Brasil	19:00 às 20:00
Récita do Santo Terço – A Mãe de Deus visita a tua casa	20:00 às 21:00
De Mãos unidas	21:00 às 22:30
Vamos à casa do Senhor/educativo	22:30 às 23:00
Récita do Sto Terço – com a participação do ouvinte	23:00 às 23:30
Momento musical – Fim de Noite	23:30 às 00:00
SÁBADO PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO FM	1107,9
Nome do Programa	Horário
Você não está só	00:00 às 05:00
Vamos à casa do Senhor	05:00 às 05:30
Récita do Sto Terço	05:30 às 06:00
Caminho de Esperança	06:00 às 06:50
Momento Musical	06:50 às 07:00
Vamos à Casa do Senhor	07:00 às 07:30
Díscipulos e Misionários (Paroq. Santa Fé)jornalismo	07:30 às 08:00
De Campo e Luz/educativo/jornalismo	08:00 às 10:00
De cima dos telhados	10:00 às 11:30
Momento Musical	11:30 às 15:00

Į.

	The second secon	No. of the contract of the con
Tarde Musical	15:30 às 20:00	٧.,
Récita do Sto Terço – A Mãe de Deus visita a tua Casa	20:00 às 21:00	
Momento Musical	21:00 às 22:30	
Vamos à Casa do Senhor/educativo	22:30 às 23:00	
Récita do Sto Terço – com a participação do ouvinte	23:00 às 23:30	
Momento Musical – Fim de Noite	23:30 às 00:00	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,

DOMINGO PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO FM 107,9			
Nome do Programa	Horário		
O Dia do Senhor	00:00 às 06:00		
Momento Musical	06:00 às 06:50		
Vamos à Casa do Senhor/educativo	06:50 às 08:00		
Momento Musical	08:00 às 10:00		
Alegrai-vos no Senhor	10:00 às 12:00		
Momento Musical	12:00 às 20:00		
Celebração da Santa Missa	20:00 às 21:00		
De Mãos Unidas	21:00 às 22:30		
Vamos à Casa do Senhor/educativo	22:30 às 23:00		
Récita do Sto Terço – com a participação do ouvinte	23:00 às 23:30		
Musical – Fim de Noite	23:30 às 00:00		

TRANSMISSÕES ESPECIAIS	
Nome do Programa	Horário
Santa Missa em Honra a São José.	17:00h, no dia 19 de cada mês.
Santa Missa em honra a São João Calábria	17:00, no dia 8 de cada mês.
Missa em Honra a Nossa Sra. do Carmo.	16:00h, no dia 16 de cada mês.
Celebrando a Vida/ educativo	11:00 às 12:00, nas sextas-feiras
Santa Missa	20:00 às 21:30, nas sextas-feiras
Informativo da Paróquia Santos Apóstolos/jornalismo	10:45 às 11:00, nas quintas-feiras
Informativo da Paróquia São Luis./jornalismo	10:45 às 11:00, nas sextas-feiras



Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA — DF

DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, DECLARA que cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Longhi

Diretor

Fundação Mãe de Deus



Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA – DF

DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, atesta o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Longhi

/ Diretor / Fundação Mãe de Deus



Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA – DF

DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, informa que a pessoa responsável pela Gestão das Atividades é o Sr. MOSART ROQUE LONGHI, brasileiro, casado, CI nº9032736143 SSPRS, CPF nº089784410-68, que a pessoa responsável pela Área Editorial é a Sra. MARIA FRANCISCA CROCOLI LONGHI, brasileira, casada, CI nº8005683341 SSPRS, CPF nº133102830-20 e que a pessoa responsável pela Direção da Programação é a Sra. GISLAINE TRONCO BENEDETTI, brasileira, casada, CI nº4024826531 SJSRS, CPF nº423700000-15, residentes e domiciliados a Rua Feijó Junior, 275, em Caxias do Sul/RS.

Em anexo os respectivos documentos de comprovação.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Longh

Diretor

Fundação Mãe de Deus



Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto Rua Pinheiro Machado, 1631 - Centro 95020-170 - Caxias do Sul - RS CNPJ: 88.659.313/0001-05

Consumidor

ANGELO CROCOLLI RUA FEIJÓ JÚNIOR, 275 BAIKKU PIU X

17/03/2010

Emissão Competência

ABRIL 2010

Código do Consumidor

004340.000.1

Hidrômetro Economias Grupo/Rota

A04F052225 3 RESIDENCIAL 1 SAOPEc

Responsável: ANGELO CROCOLLI

Data Ligação:

Data Leitura Atual:

PROIBIDO PLASTIFICAR

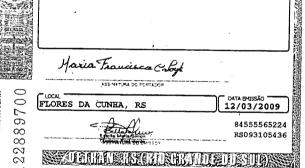


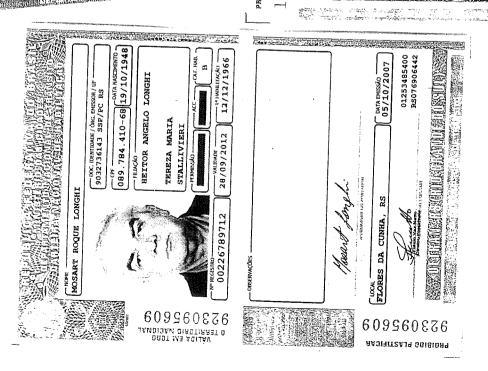
02/08/2011

25/04/2008 CAXIAS DO SUL 15047741546

Consumos Verificados em m³ Dias m³ Consumo Diário/litros







Laudo de Vistoria Técnica

Renovação de Outorga



Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

1. Ide	entificação:
1.1	Nome/Razão Social: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS.
1.2	Indicativo de chamada: ZYD-709
1.3	Horário de funcionamento: 00:00 — 24:00 horas
2. L	ocalização da Estação Transmissora:
C	ndereço: Rua Vitório Pellin s/nº - Bairro Nossa Senhora do Pedancino Cidade : Caxias do Sul UF: RS CEP : 95.100-000 Telefone: (54) 3028 3888
2.2 (Coordenadas Geográficas: (Datum WGS84)
ļ	Latitude : 29° S 06′ 25,4" Longitude : 51° W 10′ 53"
2.3	Transmissor Principal:
2.3.1	Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.
2.3.2	Modelo: FM 1000
2.3.3	Homologação/Certificação: 037294XXX0518
2.3.4	Potência de operação (kW): 1,000 Potência medida (kW): 1,000
2.3.5	Frequência (PBFM)(MHz): 107,900000 Frequência medida(MHz): 107,8996
2.3.6	Tolerância de frequência da portadora: (+/- 2000 Hz)
2.3.7	Recursos para conexão de monitor de modulação e frequência: (X) Sim () Não
2.3.8	Medidor de tensão contínua de placa ou coletor no estágio final de RF: (X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.9	Medidor de corrente contínua de placa ou coletor no estágio final de RF: (X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.10	Medidor de potência relativa de saída incidente e refletida: (X) Operante () Com defeito () Inoperante
2.3.11	L Dispositivo de segurança que impeça o funcionamento do transmissor na falta ou insuficiêncio do sistema de resfriamento forçado, quando existir: (X) Sim () Não
2.3.12	2 Inexistência de dispositivos externos que permitam a alteraç <mark>ão da frequência de operação:</mark> (X) Sim () Não

	permitir ultrapassar o valor ajustado da potência de operação autorizada: (X) Sim () Não
2.3.14	Resistores de sangria ou outro dispositivo apropriado para descarga dos capacitores de filtro quando a alta tensão é desligada: (X) Sim () Não
2.3.15	Interruptores em portas e tampas onde existam tensões maiores do que 350 Volts: () Sim () Não <u>Não é o caso.</u>
2.3.16	Gabinetes com as partes expostas ao operador interligadas a terra: (X) Sim () Não
2.3.17	Ajustes externos dos circuitos com tensões maiores que 350 Volts: () Sim () Não <u>Não é o caso.</u>
	Fonte de alta tensão com proteção contra sobrecarga: (X) Sim () Não
2.4]	<u> Fransmissor Auxiliar:</u>
	A Entidade não possui transmissor auxiliar
2.5	Sistema Irradiante Principal:
2.5.1 -	Antena
2,5.1.1	- Fabricante: Teel Tele Eletrônica Ltda.
2.5.1.2	- Modelo: TVEP-2
2.5.1.3	- Quantidade de elementos: 02 (dois)
2.5.1.4	- Altura (centro geométrico/base da torre — solo): 107,6 metros
2.5.1.5	- Azimute de Orientação (NV): 180º
2.5.2	Linha de Transmissão Principal:
2.5.2.1	Fabricante: KMP Pirelli
2.5.2.2	? - Modelo: LCF 7/8"
2.5.2.3	 Proteção contra choques elétricos (condutor externo da Linha de Transmissão ligado à terra): (X) Sim () Não
2.6	Sistema Irradiante Auxiliar:
	A Entidade não possui Sistema Irradiante Auxiliar.
2.7	Linha de Transmissão Auxiliar:
	A Entidade não possui Linha de Transmissão Auxiliar.

\$

3 - Outros equipamentos de uso compulsório	D:
3.1 - Carga artificial (obrigatório para emisso () Sim (X) Não	oras classes E1, E2, E3 e A1
3.2 - Limitador de modulação: (X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.3 - Monitor de modulação: (X) Operante () Com defeito () Inoperante
3.4 - Analisador de espectro(obrigatório para () Sim (x) Não	a emissoras Classe Especial)
4. Ocorrência de Harmônicos e Espúrios de F	Radiofreqüência:
4.1 - Transmissor Principal:	Atenuação medida
2º Harmônico 3º Harmônico Espúrios	maior do que 74,0 dB maior do que 74,0 dB maior do que 77,0 dB
4.2 - Existência de interferência prejudicial: () Sim (X) Não	
5 - Outras constatações:	
5.1 — Disponibilidade de relatório de confelétrico, magnéticos e eletromagnéticos: (X) Sim () Não	ormidade referente à limitação da exposição a camp
6. Estúdios	
6.1 - Estúdio Principal:	
6.1.1 - Endereço: Rua Vitório Pellin s/nº - B 95.100-000 Caxias do Su	
6.2 - Estúdio Auxiliar:	
6.2.1 - Endereço: A emissora não possui est	údio auxiliar
7. Informações Adicionais:	

8 - Instrumentos Utilizados na Vistoria:

Monitor de Modulação:

Fabricante : QEI Modelo : 691 nº de série : 691698

GPS:

Fabricante : Eagle

Modelo : Não identificado. Nº de série : Não identificado.

Frequencímetro:

Fabricante : Minipa Modelo : MF 7150i N° de série : FD715100263

Wattimetro Thruline:

Fabricante : Bird Modelo : 43

nº de série : 253853

Multiteste:

Fabricante : FLUKE Modelo : 75 série II nº de série : 58980601

Amperimetro tipo Alicate:

Fabricante : DAWER Modelo : CM-600 n° de série : 15378

Osciloscópio Analógico:

Fabricante : Tektronix Modelo : TAS 465 nº de série : B021764

Analisador de Espectro:

Fabricante : Tektronix Modelo : 2710 nº de série : B021159



9 - Responsável pela vistoria técnica:

Nome: CARLOS AUGUSTO DAMIN

Formação: Engenheiro Eletricista — Modalidade Eletrônica

CREA: 57.454, 8ª Região

Registro Nacional nº 220122366-1

Local: Caxias do Sul - RS

Data: 29 de Março de 2010.

Carlos Augusto Damin

Representante legal da Entidade

Nome: MOSART ROQUE LONGHI

Mosart Roque/fonghi



Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS

Nosso Número: 05239870.89

Web Bol

Recibo do Sacado

ART Nr.: 5239870

Dados da ART Tipo:OBRA/SERVIÇO

Agência/Código do Cedente

065-48/015117596

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Convênio: NÃO É CONVÊNIO

Motivo: NORMAL

Característica: OBRA/SERVIÇO EXCETO EDIFICAÇÃO

Contratado

Carteira: RS057454

RNP: 2201223661

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Profissional: CARLOS AUGUSTO DAMIN Título: * Engenheiro Eletricista

Nr.Reg.:

E-mail: carlosdamin@terra.com.br

Contratante

Nome: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

Endereço: RUA FEIJÓ JÚNIOR 275

Cidade: CAXIAS DO SUL

E-mail:

Telefone: 54 3028 3888

CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06

CEP: 95034160

UF:RS

Ş

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

Endereco: RUA VITÓRIO PELLIN Cidade: CAXIAS DO SUL

Dimensão(m²):

Bairro: N.SRA.DO PEDANCINO

CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06 CEP: 95100000

HF:RS

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES **Data Início:** 29/03/2010

Prev.Fim: 29/03/2010

Ent.Classe: SEAAQ

Vlr Contrato(R\$):

Bairro: SÃO PELEGRINO

Honorários(R\$): 500,00

Valor ART(R\$): 31,50

Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço

Quantidade Unid.

Laudo Técnico

LAUDO DE VISTORIA DAS INSTALAÇÕES - RENOVAÇÃO DE OUTORGA

1,00

KW

Autenticação Mecânica

Local e Data

Declaro screm verdadeiras as informações acima

Profissional

De acordo

Contratante

04192.10067 50151.175051 239870.40856 4 00000000003150

CREA-RS C	onselho Reg	gional de Engenl	naria Arquitetur	a e Agronomia do	RS
Data 29/03/2010	Nr.Doc 5239		Espécie DOC DM	Aceite NÃO	Data Processamento 29/03/2010
Uso Banco	Carteira 01	Espécie R\$	Quantidade		Valor

- 1. ART válida somente quando quitada e com as assinaturas do Profissional e do Contratante.
- 2. Para constar no acervo do profissional, a ART deverá ser entregue ao CREA.
- 3. Atenção: A ART deve estar quitada no início da obra/serviço técnico, conforme Resolução nº 425/98 do Confea.

Vencimento	CONTRA	A APRESENTAÇAO
Agência/Cód.Ce	dente	065-48/015117596
Nosso Número		05239870.89
(=) Valor do Doc	umento	31,50
(-) Desconto/Aba		
(-) Outras Deduç		
(+) Mora/Multa		
(+) Outros Acréso	imos	
(=) Valor Cobrad	lo	

Sacado: CARLOS AUGUSTO DAMIN

RUA SINIMBU, 1912 - RS

Autenticação mecânica/Ficha de compensação



29/03/2010 BANCO DO BRASIL -13:32:28 008970637 0229

OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CARLOS A DAMIN

AGENCIA: 5671-5 CONTA:

27,201-9

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE

041921006750151175051239870408564000000000003150NR, DOCUMENTO 32,901 DATA DO PAGAMENTO 29/03/2010 VALOR DO DOCUMENTO 31,50 VALOR COBRADO 31,50

This has part of the state of t

NR.AUTENTICACAO

6,267,285,3E8,356,41F



Exmo. Sr. HÉLIO COSTA **DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** BRASILIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova, junto ao Ministério das Comunicações, sob as penas da Lei, que a FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 300, frequência de 107,9 MHz, na localidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Outrossim, declaramos que a referida Entidade está apta a ter a sua outorga renovada por novo decênio, de acordo com o disposto no Decreto nº 88.066, de 26 de Janeiro de 1983.

Caxias do Sul, 29 de Março de 2010.

Carlos Augusto Dámin CREA nº 57.454, 8ª Região

CPF nº 235.671.630-00

Mosart Roque Longhi

CPF nº 089.784.410-68





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome:

FUNDACAO MAE DE DEUS

CNPJ:

92.862.572/0001-06

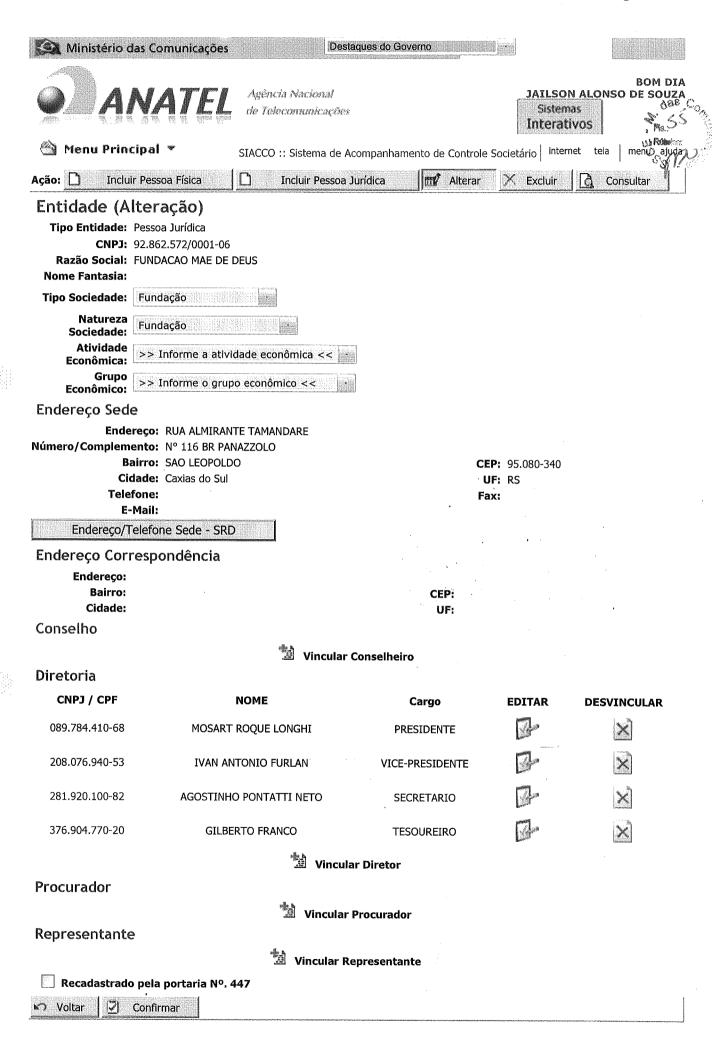
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

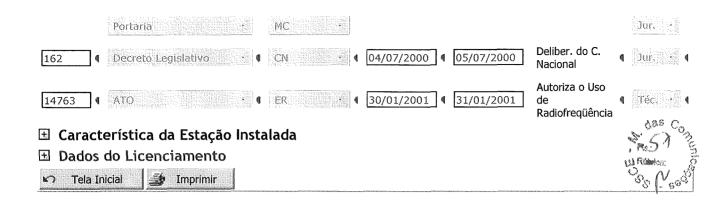
Emitida às 11:47:33 do dia 27/10/2010 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/11/2010.

Certidão expedida gratuitamente.



ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações Menu Principal ▼ SRD Internet tela menuação Internet tela menuação do Cansulta Geral - FM Identificação do Canal PB UF. RS Distrito: Sub Distrito: Sub Distrito: Local Especifico: Classe: A4 Sase: 3 - Licenciada Canal: 300 E Dados da Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Fistel: 50001818910 Nome Fantasia: CNPJ: 92.862.572/0001-06 Situação: Entidade não possui débitos Primeiro Licenciamento: Ultimo Licenciamento: Dados da Outorga Dados da Outorga Dados da Entidade
Consulta Geral - FM Identificação do Canal PB UF: RS Município: Caxias do Sul Freqüência: 107,9 MHz Canal: 300 E Dados da Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Nome Fantasia: Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Dados do Plano Básico Dados da Outorga Dados da Entidade Dados da Outorga Dados da Entidade
Identificação do Canal PB UF: RS Município: Caxias do Sul Freqüência: 107,9 MHz Classe: A4 Canal: 300 E Dados da Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Nome Fantasia: Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Licenciamento: Dados do Plano Básico Dados da Entidade Dados da Entidade Licenciamento: Dados do Plano Básico Dados da Entidade Dados da Entidade Licenciamento: Dados da Entidade
UF: RS Município: Caxias do Sul Freqüência: 107,9 MHz Classe: A4 Canal: 300 E Dados da Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Dados da Outorga Dados da Entidade Dados da Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Dados do Plano Básico Dados da Entidade
Município: Caxias do Sul Freqüência: 107,9 MHz Classe: A4 Canal: 300 E Dados da Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Nome Fantasia: Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Dados da Outorga Dados da Entidade Entidade Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Fistel: 50001818910 CNPJ: 92.862.572/0001-06 Situação: Entidade não possui débitos Último Licenciamento: Dados do Plano Básico □ Dados da Outorga Dados da Entidade
Entidade: FUNDACAO MAE DE DEUS Nome Fantasia: Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Dados do Plano Básico □ Dados da Outorga Dados da Entidade
Nome Fantasia: Nº Estação: 323667252 Primeiro Licenciamento: Dados do Plano Básico □ Dados da Outorga Dados da Entidade
□ Dados da Outorga Dados da Entidade
Dados da Entidade
general document resultant and the contract of
CNPJ: 92862572000106 《 Pesquisar
Razão Social: FUNDACAO MAE DE DEUS Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral Endereço Sede País: Brasil
Cep: 95080340 Logradouro: RUA ALMIRANTE TAMANDARE Número: N° 116 Complemento: BR PANAZZOLO Bairro; SAO LEOPOLDO UF: R Município: Caxias do Sul Distrito: SubDistrito: Telefone: Fax:
Endereço de Correspondência
País:BrasilCep:95034160Logradouro:RUA FEIJO JUNIORNúmero:275Complemento:Bairro:SAO PELEGRINOUF: RSMunicípio:Caxias do SulDistrito:SubDistrito:
Telefone: E-mail:
Nome Fantasia
Nome Fantasia
<u></u>
Dados da Outorga
Dados da Outorga SCRAD Jurídico: 11236 Data Publicação Contrato/Convênio: 05/07/2000
SCPAD Jurídico 11226 Data Publicação OF /07/2000
SCRAD Jurídico: Data Publicação Contrato/Convênio: 05/07/2000
SCRAD Jurídico: 11236 Data Publicação Contrato/Convênio: 05/07/2000 SCRAD Técnico: 011235 Data Limite 105/07/2003
SCRAD Jurídico: 11236 SCRAD Técnico: 011235 Data Publicação Contrato/Convênio: 05/07/2000 SCRAD Técnico: 011235 Data Limite 105/07/2003 Número do Processo: Fistel: 50001818910 Documentos Emitidos
SCRAD Jurídico: 11236 Contrato/Convênio: 05/07/2000 SCRAD Técnico: 011235 Data Limite Instalação: 05/07/2003 Fistel: 50001818910





<u>LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE</u> RENOVAÇÃO <u>DE OUTORGA</u>

RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

EXIGÊNCIA – Art. 2º da Lei nº 5.785/72: A <u>renovação</u> da concessão ou permissão fica subordinada ao <u>interesse nacional</u> e à <u>adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão</u>, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do <u>cumprimento das exigências legais e regulamentares</u>, bem como da <u>observância das finalidades educativas e culturais do serviço</u>.

LEGISLAÇÃO – DOCUMENTOS E REQUISITOS: Constituição Federal; Lei nº 5.785/72; Dec. nº 88.066/83; Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados; Art. 47, I, a, Lei nº 8.212/91 (INSS); Art. 27, c, Lei nº 8.036/90 (FGTS); Art. 67, 3, do Dec. 52795/63-Regulamento dos Serviços de Radiodifusão; Art. 13, Par. Único, do DL 236/67; e determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, determinação essa encaminhada, por uma série de ofícios, ao Ministério das Comunicações em novembro de 2007.

INTERESSADO(A): FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

SERVIÇO: FM - EDUCATIVA

LOCALIDADE: CAXIAS DO SUL/ RS PERÍODO: 05/07/2010 a 05/07/2020 PROCESSO(S) N°(S): 53000.016443/2010

* Os documentos devem ser apresentados aos autos em original ou cópia autenticada.

es decimentes derent sei apresentates des autos en original ou copia autor	
LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	JUNTADA
1-Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da	02
interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações;	1
2-Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações	02, 03
da concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido	
de renovação seja atendido (art. 3°, § 1°, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983);	
3-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou	17 cópia.
comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	~
4-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou	Declaração 16.
comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	Falta
	Ceritficado
5-Laudo de ensaio do(s) transmissor(es);	04 a 13
6- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quitada;	14, 15 cópias,
	52 cópia.
7- OPTATIVO:	40 a 51, 53
Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado (modelo em	·
anexo), de acordo com as normas técnicas vigentes, acompanhado de	
declaração firmada em conjunto com o representante legal da interessada,	·
atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em	
conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com	



Ş.

	- 22 1 303
os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação (Modelo 1), OU	
indicando se há pedido(s) não autorizado(s) de alteração de características técnicas da emissora em andamento no Ministério das Comunicações (Modelo2) OU,	
caso a entidade interessada deixe de apresentar o laudo de vistoria e a declaração acima referidos, submeter-se-á à vistoria da ANATEL especialmente com a finalidade da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade de rota daquela Agência.	
OBSERVAÇÃO: Caso a entidade interessada opte por apresentar aos autos o seu próprio laudo de vistoria, conforme os detalhes acima especificados, tal não impedirá que haja vistorias técnicas de rotina da ANATEL, a qualquer tempo.	
8- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	54
9-Declaração de não infringência à vedação do art. 220, §5°, CF;	18
10- Prova de regularidade relativa ao INSS;	23
11- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	19
12- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal;	20
13- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da entidade;	22
14- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade;	21
15- Cópia completa da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;	24 a 27
16- Documentos atualizados revelando eventuais alterações havidas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício;	cópia.
17- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que nenhuma propaganda comercial, direta ou indiretamente, é veiculada na programação da emissora, conforme dispõe o Art. 13, Parágrafo Único, do Decreto-Lei 236/67;	Pendente
18- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que, dentro da programação da emissora, de caráter exclusivamente educativo, um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo está sendo reservado para a transmissão de serviços noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto 52.795-Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;	42



19- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;	43
20- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da CF;	44
21- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;	45, 46 (cópia)
22- Documento (convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação da fundação com instituição de ensino, de acordo com o art. 20, III, do Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados (CCTCI);	
INFORMAÇÕES INTERNAS	
23- Informação do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica —DEAA acerca da existência ou não de processos de apuração de infração instaurados em desfavor da entidade interessada, relativos a infrações cometidas durante o período de vigência da outorga e, em caso positivo, se configuram ou não impedimento ao deferimento do pleito referente à renovação;	
24- Transferência da ourtorga – cópia da Portaria/Decreto/Exposição de Motivos/Despacho, etc.;	
25-Cópia do Contrato de Concessão/Permissão, caso a outorga tenha sido concedida a partir de 1997.	

Pendente juntada do(s) documento(s) acima assinalados(s).

Brasília,DF, 27 de 10 de 2010

JAILSON ALONSO DE SOUZA ANALISTA RESPONSÁVEL

\ /



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA GRUPO DE TRABALHO DE ATOS DE PÓS-OUTORGA

Ofício nº 4476 /2010/COREV/CGOU/SCE-MC

Brasília, 4 de Novembro de 2010

Ao Representante Legal do(a) FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS Rua Feijó Júnior, nº 275, São Pelegrino CEP: 95.034-160 – CAXIAS DO SUL/ RS

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.016443/2010

ASSUNTO: Renovação de Outorga

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo Processo em referência, essa entidade requer, deste Ministério, a renovação da outorga para continuar executando o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, deferida pela Portaria de nº 291, publicada no DOU de 11/12/1998.

De acordo com a legislação em vigor sobre o assunto, juntamente com a recente determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, nova documentação passou a ser exigida para os procedimentos de renovação de outorga e, a par disso, após a análise dos presentes autos, verificouse que, para a completa instrução do Processo será necessária a apresentação do(s) seguinte(s) documento(s), EM ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA:

Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos), visto que o certificado foi apresentado em cópia não autenticada:

Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos). Visto que a interessada apresentou somente declaração própria, faz necessária a apresentação de Declaração ou Certidão emitida por órgão competente, atestando que a entidade está quite com a contribuição sindical da categoria de radiodifusão;

Anotação de Responsabilidade Técnica — ART, quitada, referente ao laudo de ensaio e laudo de vistoria técnica, visto que os documentos foram apresentados em cópia não autenticada;

Documentos atualizados revelando eventuais alterações havidas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, e Ata de Nomeação da Diretoria em Exercício. O documento foi apresentado em cópia não autenticada;



Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que nenhuma propaganda comercial, direta ou indiretamente, é veiculada na programação da emissora, conforme dispõe o Art. 13, Parágrafo Único, do Decreto-Lei 236/67;

Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que, dentro da programação da emissora, de caráter exclusivamente educativo, um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo está sendo reservado para a transmissão de serviços noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto 52.795-Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

Documento de comprovação de nacionalidade das pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação. Os documentos foram apresentados em cópia não autenticada;

Documento (convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação da fundação com instituição de ensino, de acordo com o art. 20, III, do Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados (CCTCI);

Diante do exposto, fica conferido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento deste Ofício, expedido com AR-Postal, para o atendimento da(s) exigência(s) aqui formulada(s), sem o que o Processo em referência não terá prosseguimento, sendo, neste caso, tomadas as providências com vistas à PEREMPÇÃO da outorga em tela, de acordo com o que estabelece a Norma de Serviço Conjunta CONJUR/SSCE n. 001, de 6/5/2009.

Atenciosamente,

VANEA RABELO
Coordenadora – Geral
Grupo de Trabalho de Atos de Pós-Outorga

Caxias do Sul, 13 de dezembro de 2010.

VÂNEA RABELO

Coordenadora Geral

Grupo de Trabalho de Atos de Pós-Outorga

MINISTÉRIO DAS COMUNICA COES

BRASÍLIA . DF

53000 066936/2010-40

SEAPAISCE

21/12/2010-10:00

Resposta ao Ofício nº4476/2010/COREV/CGOU/SCE-MC

Referência: Processo n°53000.016443/2010 \rightarrow 69 059

Assunto: Renovação de Outorga.

Em anexo a esta estamos enviando os documentos solicitados:

Certificado de quitação contribuição sindical Empregador em cópia autenticada.

Certificado de quitação contribuição sindical Empregados em cópia autenticada.

ART – Laudo de ensaio do Eng. Carlos em cópia autenticada.

ART – Laudo de ensaio do Eng. Eduardo em cópia autenticada.

ART – Laudo de vistoria do Eng Carlos em cópia autenticada.

Estatuto vigente desde 1992 em cópia autenticada.

Ata de Nomeação da Diretoria em exercício em cópia autenticada.

Declaração de nenhuma propaganda comercial. (original)

Declaração de 5% de serviços noticiosos. (original)

Comprovação de nacionalidade em cópia autenticada.

Termo de parceria em cópia autenticada.

Certos em termos cumprido as exigências solicitadas

Despedimo-nos

Cordialmente

FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS





ATESTADO

Atestamos, a pedido da parte interessada e para os devidos fins, que a **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS - RÁDIO MÃE DE DEUS FM 107,9** com sede na cidade de Caxias do Sul, Rua Feijó Júnior, 275, inscrita no CNPJ sob o número 92.862.572/0001-06, está isenta do pagamento da contribuição sindical urbana, conforme Portaria do Ministério do Trabalho nº 1.012, de 04/08/2003, fato que podemos atestar pelos documentos apresentados que se encontram em nosso poder, arquivados na secretaria da entidade.

Porto Alegre, 04 de março de 2010.

Ary F. Cauduro dos Santos Presidente

SINDIRÁDIO - SINDICATO DAS EMPRESAS DE RADIO E TELEVISÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CNPJ Nº 92.964.295/0001-34



1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS
RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO SUL - RS - FONE (54) 3223-4456

MARCOS FERREIRA CUNHA LIMA - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

DA VERDADE

CÁZIAS DO SUL 08 de dezembro de 2010

Cátia Rejane Fiavati - escrevente autopizada 7 15.45:37

Empls.: R\$ 2,80 + Selo digital R\$ 0.200127.01 1000002.91440

Marke We Blavan Me nerano Liverada Crevente Autorizada



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIOFUSÃO E TELEVISÃO DO RIO GRANDE DO SUL

FILIADO À CUT / FITERT / DIEESE

SINDICATO DOS RADIALISTAS / RS

DECLARAÇÃO



Declaramos para os devidos fins, que a **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS** estabelecida a Rua Feijó Junior, 275 –São Pelegrino – Caxias do Sul/RS, **CNPJ 92.862.572/0001- 06** encontra-se quites com suas obrigações Sindicais, junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio Grande do Sul, nos últimos 05(cinco) anos até a presente data.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2010.

Antonio Edisson Peres

Presidente

Rua Barão de Teffé, 252 - Bairro Menino Deus - CEP: 90160.150 - Porto Alegre - RS Fone/FAX: (0xx51) 233.3500 - 233.3998 Site: www.radialistas-rs.org.br - E-mail: radialistasrs@uol.com.br



1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO SUL - RS - FONE (54) 3223-4456 MARCOS FERREIRA CUNHA LIMA - TABELIÃO



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a reprodução constante do verse extraida nestas notas a qual confere com c original apresentado. 636085-0403439

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE

CÂXIAS DO SUL, 08 de dezembro de 2010

Câtia Rejarie Blavati escrevente autorizada - 15:45:37

Emols:: R\$ 2.60 + Selo-digital: R\$ 0,200/27.01/1000802.91436

Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de

Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77

ART Nr.: 4262853

ART Vinculo:

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS Web Bol 0445/050105-4 Nosso Número: 900000000004262853-4 Recibo do Sacado Dados da ART Tipo:OBRA/SERVIÇO Participação Técnica: INDIVIDUAL Cart.Vinculo: ART Vinculos

Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL Característica: OBRA/SERVIÇO EXCETO EDIFICAÇÃO

Contratado

Nr.Carteira: RS057454 Profissional: CARLOS AUGUSTO DAMIN

Nr. RNP: 2201223661 Titulo: * Engenheiro Eletricista

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Nr.Reg.: 0

Cart.Vinculo:

Contratante,

Nome: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS Endereço: RUA FELIÓ JÚNIOR 275

Cidade: CAXIAS DO SUL

Bairre: SÃO PELEGRINO

CPF/CNPJ: 92 862 572/0001-06

CEP:95034160 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

Endereço: RUA VITÓRIO PELLIN 0

Bairro: NOSSA SENHORA DO PEDANCINO

CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06

Cidade: CAXIAS DO SUL

Dimensão: 0,00

Vlr Contrato: 0,00

CEP:95100000 UF:RS

Finalidade: RURAL Data Início: 04/03/2008

Prev.Fim: 04/03/2008 Ent.Classe: 6

Honorários: 3.000,00

Ite Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço

Vencimento: 08/04/08

Telefone:

Valor ART: 30,00 Quantidade Unid.

1 Laudo Técnico

LAUDO DE ENSAJO DE TRANSMISSOR MTA, MODELO FM1000S

KW 1.00

Autenticação Mecânica

Autentico a presente foto odução fiel do original que me foi apresentado, do que do ste WERDADE

Caxias do SUL 7 de dezembro de 2010 Porvina Camargo de Almeida de Sikva - Escrevente Selo digital: 40.20 - 0129.01.0900024.9985

As partes elegem, para dirimir divergências decorrentes do presente Contrato, a resolução por Afbitragem, pela Câr Mediação e Arbitragem do CREA-RS, com a concordância expressa SIM, ao lado das palavras

Local e Data

Z.

ŵ 100 Profissional(

Contratapic(

Válida somente quando quitada, com as assinaturas do Profissional, do Contratante e entregue ao CREA Atenção: A ART deve estar quitada no início da obra/serviço técnico, conforme Resolução nº 425/98 do Confea.

,201-9 31,002 0165 09:32:22 36,98 104910501605900000000000042628537538350004003000 .9EE, 181, E50, COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE 8 CARLOS A DAMIN OUVIDORIA BB CAIXA ECONOMICA FEDERAL VALOR DO DOCUMENTO DO PAGAMENTO especially services are units and the mile for the last t DOCUMENTO VALOR COBRADO 8807/80/68 ENTE 008977359 46ENCIA: DATA

W

Autentico a presente rodução fiel do original que

me foi apresentado, do que do 16. EM TESTEMUNHO Caxias do Sul, 7 de de DAVERDADE mbro de 2010 a Silva - Escrev margo de Almeida \$0,20 - 0129.01.0900 ilva - Escrevente



Industrial Ltda modelo FM1000S

ART N° 3247942-4

ART. Anotação de Responsabilidade Técnica

ART autenticada eletronicamente via

CREARET Fax:



077338-6 Empresa Executora: EDUARDO ROSARIO HOMMERDING RUA RUA PARA,97 AP 303 ED ELIZABETH **JOACABA** S.TEREZA 89600-000 SC Fone: Fone: 4935221445 737.462.589-87 Fax: ---Normal eduardorh@jov.com.br - Contratante Fundação Mãe de Deus 92862572000106 Rua Feijó Jr n° 275 São Pelegrino 95034-160 CAXIAS DO SUL 54 3028 3888 RS - Resumo do Contrato Laudo de Ensaio para fins de renovação de outorga em transmissor de fabricação da MTA Eletrônica

	nino em :06/03/2008	Honorários: R\$3.000,00	Valor	Obra/Serviço: R\$3	3.000,00
 Identificação da Obra/Ser Fundação Mãe de Deus /itório Pelin s/n N. Sra. do Pedancino 95100-000 	CAXIAS DO SUL 54 3028 3888	9286257200 RS	0106)/
CAXTAS NO SIII 06/03/2008 Este documento anota pera	FOLIARON ROSARTO H 737.462 nte o CREA-SC, para efe	МИТРО ТИС	* f	2572000106	Lei 6.496/77)
— Participação Técnica	Reservado	ao Responsável Técnico			3247942-4
Individual		Objetos 24 47	Classificação B0109	Quantidade 1,00	Unidade 41
Entidade de Classe					
Nenhuma					
,Regularização				•	
Descrição Complementar 🕶					

Este documento só terá fé Pública se estiver devidamente cadastrado e quitado junto ao CREA-SC. Para aferir www.crea-sc.org.br Este documento foi conferido e autenticado eletronicamente, estando sujeito a novas verificações conforme resolução 425/98 CONFER.

AUTO-ATENDIMENTO - CAXIAS DO SUL

DATA: 07/03/2008

HORA: 11:50:06

TERMINAL: 04651015

CONTROLE: 046510154781

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE BLOQUETO

CONTA DERITADA: 0418 001,00011881-9 NOME: EDUARDO RUSARIO HUMMERDING

NOME DO BANCO:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DATA DO VENCIMENTO : 12/03/2008

DATA DU PAGAMENTU

: 07/03/2008

VALOR DO PAGAMENTO : 30,00

REPRESENTAÇÃO NUMERICA DO CODIGO DE BARRAS 1049000019 24818/0//39 38324/94205 1 38090000003000

> OUVIDURIA DA CAIXA: 0800 725 7474 RECLAMACUES, SUGESTUES E ELOGIOS



1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO SUL - RS - FONE (54) 3223-4456 MARCOS FERREIRA CUNHA LIMA - TABELIÃO



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a reprodução constante da face e do verso extraída nestas notas a qual conferecom o original 638905-0466361

EM TESTEMUNHO

CAXIAS DO SUL 13 de dezembro de 2010

Mery Carelli escrevente autorizada

Emols: R\$ 5,20 + Seic digital: R\$ 0,40 + ISS 0127.01.1000004.00138 II 02139

ORYA POROLI OLI PRIMARI



Registro de Contrato de Acervo Técnico sob forma de Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal 6496/77

Conselho Regional de Engenbaria, Arquitetura e Agronomia do RS Nosso Número: 05239870.89 065-48/015117596

Web Bol Recibo do Sacado

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Motivo: NORMAL

Convênio: NÃO É CONVÊNIO Característica: OBRA/SERVIÇO EXCETO EDIFICAÇÃO

Contratado

Contratante

Carteira: RS057454

Tipo:OBRA/SERVIÇO

Profissional: CARLOS AUGUSTO DAMIN

RNP: 2201223661

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Nome: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS Endereco: RUA FELIÓ JÚNIOR 275

Título: * Engenheiro Eletrícista

Telefone: 54 3028 3888

Bairro: SÃO PELEGRINO

Nr.Reg.:

E-mail: carlosdamin@terra.com.by Ria

ART Nr.: 5239870

CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06 CEP: 95034160 UF:RS

CPF/CNPJ: 92.862.572/0001-06

Cidade: CAXIAS DO SUL Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

Endereço: RUA VITÓRIO PELLIN

Cidade: CAXIAS DO SUL Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Dimensão(m³): Prev.Fim: 29/03/2010

Bairro: N.SRA.DO PEDANCINO

Ent.Classe: SEAAQ

VIr Contrato(R5): 500,00

CEP: 95100000 TIF-RS

Honorários(RS): 500,00

Data Inicio: 29/03/2010 Atividade Técnica

Descrição da Obra/Serviço

Valor ART(R\$): Quantidade

31.50 Unid.

Laudo Técnico

LAUDO DE VISTORIA DAS INSTALAÇÕES - RENOVAÇÃO DE OUTORGA

1.00

KW

Autenticação Mecânica

Autentico a presente fotocópia que me foi apresentado Caxias do /a - Escreventa

Local e Data

Declaro serem verdadifiras ascinformações acima

Profissional

De acordo

为Banrisul₀₄₁₋₈

04192.10067 50151.175051 239870.40856 4 00000000003150

Local de Pagamen		L EM QUALQ	UER AGÈNCIA B	ANCÁRIA	
Cedente CREA-RS	Conselho R	egional de Enge	enharia Arquitetor	a e Agronomia do	RS
Data	Nr.I	locto	Espécie DOC	Aceste	Data Processamento
29/03/20	010 523	9870	DM	NÃO	29/03/2010
Usa Banco	Carreira	Espécie	Quantidade		Valor
	01	R	\$		
Instrucões:					

- 1. ART válida somente quando quitada e com as assinaturas do Profissional e do Contratante.
- 2. Para constar no acervo do profissional, a ART deverá ser entregue ao CREA.
- 3. Atenção: A ART deve estar quitada no início da obra/serviço técnico, conforme Resolução nº 425/98 do Confea.

	Vencimento	CONTRA	APRESENTAÇÃO
- British decreased	Agência/Cód.C	edente	065-48/015117596
	Nosso Número	·	05239870.89
	(=) Valor do De	ocumento	31,50
-	(-) Desconto/Al	oatimento	
	(-) Outras Ded	ições	
	(+) Mora/Mult	1	,
	(+) Outros Acré	scimos	
	(**) Valor Cobra	ıdo	

Sacado: CARLOS AUGUSTO DAMIN

RUA SINIMBU, 1912 - RS

Autenticação mecânica/Ficha de compensação



29/03/2010

BANCO DO BRASIL

13:32:28 0229

008970637

OUVIOURIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: CARLOS A DAMIN

AGENCIA: 5671-5

CUNTA: The control of the co 27.201-9

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE

04192100675015117505123987040856400000000003150

NR. DOCUMENTO

32,901

DATA DO PAGAMENTO

29/03/2010

VALUR DO DOCUMENTO

31,50

VALOR COBRADO

31,50

NR. AUTENTICACAO

6.267.285.9E8.356.41F

340°

W M/C M

A U TENTICA C MO

Autentico a presente fotocóbia que e imai reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dos fé

EM TENTENTADE

Caxias do Sulviva de dezembro de 2010

Da VERDADE

Caxias do Sulviva de dezembro de 2010

Darvina Camardo de Almeida da Silva - Escrevente

Emoi: R\$2,60 + \$\frac{1}{2}\$ \$\frac{1}{2}\$

FUNDAÇÃO MAE DE DEUS - Estatutos



CAPITULO I

Da denominação, sede, foro, fins e duração

- Art.10 A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, é uma entidade jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, regida por estes estatutos e pelas leis em vigor.
- Art.20 A Fundação tem a sua sede e foro em Caxias do Sul,Rio Grande do Sul, podendo exercer suas atividades em qualquer parte do Território Nacional.
- Art.3o A Fundação não terá fins lucrativos e terá por objetivos ou finalidades a produção e a veiculação de programas exclusivamente educativos e culturais, através de emissoras de rádio e televisão e outros meios de comunicação.
- Art.40 Para cumprimento de seus objetivos, a Fundação poderá se utilizar dos seguintes meios:
 - a) emissoras de radiofusão sonora sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais:
 - b) emissoras de radiofusão de sons e imagens sem finalidade comercial, isto é, com fins exclusivamente educativos e culturais;
 - c) parques gráficos para impressão de cartazes, folhetos, periódicos e livros;
 - d) estúdios de produção para audio e video, em discos e fitas;
 - e) centros de produção para artes cênicas, coreográficas e teatrais;
- Art.5o A Fundação utilizará em suas emissoras de radiofusão sonora ou radiofusão de sons e imagens o nome fantasia "Rádio Arco-Iris" e "TV Arco-Iris" respectivamente.
- Art.60 A Fundação terá duração ilimitada. Em caso de sua extinção, seus bens serão destinados a entidade educacional, sem fins lucrativos, a ser indicada pelo Conselho de Curadores, em reunião que decidir pela extinção.

CARTORIO
MARIO FERRARI
TERCEIRO TABELIONATO

Autentico a presente fotocopia orie e uma reprodução fiel do original que me foi apresentado do que dou fé.

EM TESTEMBRIAD

Do Vina Camar go de Almeida da Sival Escrevente

Emol: R\$2.50 + Selo digital 850 20 - 0129.01.0900002 59/114

FUNDAÇÃO c) efetuar comunicações da **a s** seus membros e terceiros;

DE

COMONDAÇO

BTRO CIVIL DE

compost

- sob sua guarda OS livros, pareceres da FUNDAÇÃO; (No. 32
- e) substituir o Tesoureiro em seus tos.
- Art.26 O Conselho Geral de Programação é seguintes membros:
 - a) Presidente da FUNDAÇÃO;
 - b) Dois representante da Comunidade Oásis;
 - c) Um representante da Universidade de Caxias do Sul;
- Art.27 Compete ao Conselho Geral de Programação, estabelecer as diretrizes básicas da programação das emissoras mantidas pela FUNDAÇÃO.
- Art.28 O presidente do Conselho Geral de Programação será eleito pelo Conselho de Curadores, para mandato de 3 (três) anos, podendo ser reelei-
- Comunidade Art.29 - 0 membro. representante da Universitária, será indicado pela própria instituição de ensino, através de seus órgãos de classe representativos, na cidade de Caxias do Sul.
- Art.30 Os membros do Conselho Geral de Programação reunir-se-ão ordinariamente nos meses de março e setembro, e, extraordinariamente sempre que sempre convocados pelo presidente necessário, da FUNDAÇÃO.

CAPITULO II

Do Patrimônio

Art.70 - Constituem patrimônio da Fundação:

a) pela dotação de bens, em favor Fundação, prevista no artigo 24, do Codigo Civil, que será representada pelos imóveis a seguir descritos, objeto das matrículas números 15545 e 15546, do livro 2-RG, do registro imobiliário da segunda zona deste município, os quais pertencem, atualmente a Heitor Angelo Longhi e esposa, pais de Mosart Roque Longhi, os quais serão transmitidos pelos pais ao referido filho e este, por sua vez, fará a dotação em favor da Fundação, no prazo máximo de 20 (vinte dias após a aprovação dos Estatutos e Constituição de direito da Fundação, pelo Ministério Público, através da PROCURADORIA DAS FUNDAÇUES, cujos imóveis são assim constituídos: 1) Lote urbano número 183, da quadra número 1959, setor 18, zona 44, numerações administrativas, do Bairro Panazzolo, nesta cidade, a rua Fagundes Varella, distando 54,00 metros da esquina com a rua João Mocelin, sem benfeitorias, com a área de 300,00 m2, medindo 12,00 metros de frente, por 25,00 metros da frente aos fundos. 2) Lote urbano número 181, da mesma quadra número 1959, setor 18, zona 44, numerações administrativas, do Bairro Panazzolo, nesta cidade, sem benfeitorias, com frente ao oeste, à rua Fagundes Varella, distando, 42,00 metros da esquina com a rua João Mocelin, sem benfeitorias, com a área de 300,00 m2 medindo 12,00 metros frente, por 25,00 metros de frente aos fundos.

DŁ

DO REGISTRO CIVIZA

MTEG ROMAN E BACKENDORF

- b) as doações, contribuições, subvenções, legados e usofrutos a ela concedidos ou transferidos;
- c) os bens gerados pela administração de seu ativo ou por operações financeiras.

CAPITULO III



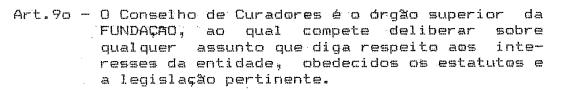
LEONTINA



IDICAS_

Dos Orgãos da Fundação

- Art.80 São órgãos da Fundação:
 - a) O Conselho de Curadores;
 - b) Diretoria;
 - c) Conselho Geral de Programação;



- Art.10 0 Conselho de Curadores é constituido de (cito) membros, sendo quatro efetivos e quatro mandato de três anos, podendo reconduzidos.
- Art.11 São membros efetivos do Conselho de Curadores:
 - a) dois dos instituidores;
 - b) dois membros representantes da Comunidade Oásis;
- Parágrafo Unico Os membros do primeiro Conselho de serão escolhidos Curadores instituidores.
- Art.12 Os membros do Conselho de Curadores com mandade três anos, serão designados to entidades indicadas pelos Instituidores, sim compreendidas:
 - a) dois membros representantes da Comunidade Oásis;
 - b) dois membros do Conselho Diocesano da Renovação Carismática Católica de Caxias do Sul;
- Art.13 O Conselho de Curadores reunir-se-á, ordinariamente em cada trimestre e, extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.
- Art.14 As reuniões do Conselho de Curadores serão convocadas com antecedência minima de (dez) dias, através de edital publicado na imprensa local, de cujo texto contará a ordem do dia.

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia que é ma repledução fiel do original que me foi apresentado, do que tou é.

EM JESTEMUNHO

Caxias do Sul, 29 de março de 2010

Dorvina Camargo de Almeida da Silva - Escrevente

Emol: R\$2,50 + Selo digital R\$0,20 - 0128.01 e900002.59116 W. M. W. # Emol: R\$2,60 Ŵ

CAPITULO III



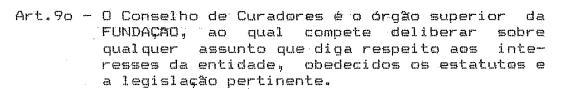
LEONTINA



DICAS

Dos Orgãos da Fundação

- Art.80 São órgãos da Fundação:
 - a) O Conselho de Curadores;
 - b) Diretoria:
 - c) Conselho Geral de Programação;



- Art.10 0 Conselho de Curadores é constituido de (cito) membros, sendo quatro efetivos e quatro mandato de três anos, podendo reconduzidos.
- Art.11 São membros efetivos do Conselho de Curadores:
 - a) dois dos instituidores;
 - b) dois membros representantes da Comunidade Oásis;
- Parágrafo Unico Os membros do primeiro Conselho de Curadores serão escolhidos instituidores.
- Art.12 Os membros do Conselho de Curadores com mandade três anos, serão designados entidades indicadas pelos Instituidores, assim compreendidas:
 - a) dois membros representantes da Comunidade Oasis;
 - b) dois membros do Conselho Diocesano da Reno-Carismática Católica de vação Sul;
- Art.13 O Conselho de Curadores reunir-se-á, ordinariamente em cada trimestre e, extraordinariamente sempre que convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.
- Art.14 As reuniões do Conselho de Curadores serão convocadas com antecedência minima de (dez) dias, através de edital publicado na imprensa local, de cujo texto contará a ordem do dia.

77

- Art.15 As reuniões do Conselho de Curadores serão DACO presididas pelo seu presidente e instalar-se ão com a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros e, em segunda convocação HORONIA DE hora após, com qualquer número de sexença membros e de seus instituidores.
- Art.16 As deliberações das reuniões se ao tangemente por maioria simples de votos dos mentro de presentes.
- Art.17 Compete ao Conselho de Curadores:
 - a) eleger trienalmente seu presidente e secretário:
 - b) eleger trienalmente os membros da Diretoria;
 - c) eleger trienalmente o Presidente do Conselho Geral de Programação;
 - d) deliberar sobre os assuntos levados ao seu conhecimento pela Diretoria;
 - e) examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da FUNDAÇÃO e de seus órgãos, estabelecimentos e entidades mantidas pela mesma, requisitando aos mesmos as informações que julgar necessárias;
 - f) deliberar sobre o balanço geral, relatório e contas da Diretoria, relativos ao exercício social anterior;
 - g) deliberar sobre proposta da Diretoria para alienação de bens imóveis e constituição de Onus sobre os bens da FUNDAÇÃO.
 - h) auferir o título de benemérito da FUNDAÇÃO a pessoas físicas e jurídicas, que a critério da diretoria forem indicadas como merecedoras.
- Art.18 A Diretoria, órgão executivo e administrativo da FUNDACAO, é composta por 4 (quatro) diretores eleitos pelo Conselho de Curadores para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.
- Parágrafo Unico Vagando-se algum cargo, o mesmo será preenchido por escolha da Diretoria, para cumprir o restante do mandato que ao substituído competiria.
- Art.19 A Diretoria é composta dos seguintes cargos:
 - a) Presidente
 - b) Vice-Fresidente
 - c) Tesoureiro
 - d) Secretário

Parágrafo Unico - Compete a Diretoria a designação dos

cargos entre seus membros, vexceto por compressione e o Secretario que são o Presidente e o Secretario do Conselho de Curadores.

Art.20 - A Diretoria reunir-se-á sempre que personal pelo seu presidente e suas delibers es a tomadas em reunião com a presende minimento três de seus membros, por maioria simble votos.

Parágrafo primeiro - Cabe ao Presidente, alem de seu voto como membro, proferir o voto em caso de desempate;

Parágrafo segundo - Todos os cargos de Diretoria, assessoria e gerencia só poderão ser ocupados por brasileiros natos e a sua investidura nos mesmos, após haver a entidade se tornado executante do serviço de radiodifusão, sómente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

Art.21 - Compete a Diretoria:

- a) administrar e superintender os trabalhos e bens da FUNDAÇÃO;
- b) apresentar anualmente ao Conselho de Curadores o Balanço Geral, o Relatório e as Contas da Diretoria para aprovação;
- c) propor ao Conselho de Curadores a outorga de título de benemérito a pessoas físicas e jurídicas merecedoras da honraria, por serviços prestados à FUNDAÇÃO;
- d) criar e instalar organismos e entidades para desenvolvimento das atividades da FUNDAÇÃO;
- e) elaborar os regulamentos dos órgãos das entidades criadas e mantidas pela FUNDAÇÃO.
- f) autorizar convénios, contratos e ajustes;
- g) alienar e constituir ônus sobre os bens da FUNDAÇÃO, mediante autorização do Conselho de Curadores;
- h) autorizar a aquisição de bens móveis e imóveis necessários às finalidades da FUN-DAÇÃO;
- i) autorizar a contratação de serviços de pessoas jurídicas e físicas necessários ao desenvolvimento dos objetivos da FUNDAÇÃO;
- j) autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras, necessárias ao desenvolvimento das atividades da FUNDA-

CAD

k) cumprir e fazer cumprir as n estabelecidas pelos órgãos da FUNDAÇÃO

Art.22 - Ao Presidente compete:

a) representar a FUNDAÇÃO em dele;

b) convocar e presidir as reuniõe ria;

c) supervisionar os trabalhos da FUNDAÇÃO;

 d) assinar os contratos, convênios de interesse da FUNDAÇÃO;

j¶ízo

e) praticar os atos necessários à administração da FUNDAÇÃO, organizando seus serviços admitindo e demitindo empregados;

f) atender as solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da FUNDAÇÃO;

g) movimentar contas bancarías em conjunto com o Tesoureiro;

h) nomear e empossar os dirigentes dos organismos e entidades mantidos pela FUNDAÇÃO;

Art.23 - Ao Vice-Presidente, compete:

a) substituir o Presidente em todas as suas funções, em suas faltas ou impedimentos;

b) colaborar com o Presidente em funções que lhe forem designadas;

Art. 24 - Compete ao Tesoureiro:

- a) dirigir e supervisionar todo o serviço de tesouraria;
- b) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da FUNDAÇÃO;
- c) elaborar o projeto do orçamento para discussão pela Diretoria;
- d) movimentar contas bancarias em conjunto com o Presidente;
- e) ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à Tesouraria;
- f) zelar pelo patrimônio dos seus móveis e imóveis;
- g) controlar a aquisição de materiais de qualquer natureza.

Art.25 - Compete ao Secretário:

- a) dirimir e supervisionar todo o serviço de secretaria da FUNDAÇÃO;
- b) organizar as reuniões da Diretoria;

Ó

CAPITULO IV

ALCONTIN

PG DE DE TONDA COE

Do Exercício Social

Art.31 - O exercício social coincide com

- Art.32 Ao encerrar-se o exercício social, a Gresto soli ria elaborará com base na escrituração contabil o Balanço Patrimonial e uma demonstração da origem e aplicação dos recursos.
- Parágrafo Unico O resultado positivo será aplicado no aumento de património da FUNDAÇÃO para consecução de seus fins.
- Art.33 O Balanço Patrimonial e demais demonstrações que os acompanham, uma vez aprovados pelo Conselho de Curadores, deverão ser encaminhados ao Ministério Público para seu conhecimento.
- Parágrafo Unico A FUNDAÇÃO arcará com os honorários necessários aos trabalhos de auditoría, eventualmente requisitados pelo Conselho de Curadores ou Ministério Público.

CAPITULO V

Das Disposicoes Gerais

Art.34 - A Fundação se obriga a:

Ho Sul - RS Caxias a) que todas as suas emissoras participem SINRED (Sistema Nacional da Radiodifusão Educativa);

CO DO REGISTRO MAS

LEONTINA

- b) que 20 % (vinte por cento) do tempo total de programação seja destinado à veiculação de programas produzidos ou orientados pelo Ministério da Educação;
- c) que as alterações fundamentais da programação sejam submetidas ao Ministério da Educação por ocasião dos procedimentos para outorga bem como as alterações subsequentes sejam feitas com entendimento prévio com o Ministério da Educação;
- d) colocar a disposição do Ministério da cação seu acervo de programas para fins em outras emissoras educativas.
- Art. 35 Não poderá a Fundação utilizar, sob qual quer forma, a rádio e televisão educativas para fins políticos-partidários, para difusão de idéias que incentivem preconceitos de raça, classe ou religião e recursos à violência e para finalidades publicitárias.
- Parágrafo Primeiro Fica ressalvada notícia de subsidios e doações, em termos de simples referência ao bem doado ou a identificação do doador, sem caráter de propaganda.
- também, fica admitida a Parágrafo Segundo - Assim, possibilidade de referência estritamente institucional a entidade que promover programa de radiodifusão, devendo este ser necessáriamente de caráter educativo é cultural.
- dos presentes estatutos Art.36 - A reforma observando:
 - que a reforma seja deliberada pela maioria simples dos membros do Conselho de Curadores;
 - .b) que não contrarie os fins da FUNDAÇÃO;
 - c) que seja aprovada pelo representante do

Autentico a presente fotocópia que a uma reprodução original que me foi apresentado, do que dou fe EM TESTEMUNITO DA VERDAD Caxias do SOC 29 de março de 2010 Dorvina Camargo de Almeida da Silvá Escremente R\$2,50 \$ selo digital \$20 - 0129.01.0900002.89126

Ministério Público, pelo órgão competente Ministério das Comunicações e pelo_l nistério da Educação;

JRADO Λ(f

MAN E BACKENDOR

LEONT

Art.37 - A FUNDAÇÃO extinguír-se-á:

a) pela impossibilidade de se manter

b) pela inexequibilidade de seus fins

Caxins do Sul god 2000 c) por deliberação do Conselho de Curado com presença em reunião de metade mais dos membros, al incluídos os instituidores.

- The same same Art. 38 - No caso de extinção da FUNDAÇÃO, seus serão destinados à entidade edúcacional, fins lucrativos, a ser indicada pelo Conselho de Curadores, em reunião que decidir pela extinção. i - priniti/ ziasb Tracibio
- Art:39 Das reuničes:dos:órgãos:gòlegiados:da FUNDAÇÃO serão sempre lavradas atas em livros próprios e registrados no cartório competente, quando necessário.
- Art. 40 O presidente poderá outorgar procurações, para fins específicos, respeitado o que dispõem os presentes estatutos quanto aos poderes.
 - Art.41 Nenhum membro dos órgãos da FUNDAÇÃO perceberá vencimentos e vantagens a qualquer título pelo exercício de cargo ou função dos membros, nem responderá subsidiariamente pelas obrigações sociais.
 - Art. 42 Os membros efetivos do Conselho de poderão integrar a diretoria da Fundação, exercendo ambas as funções cumulativamente.
 - Art.43 A Comunidade Dásis é a entidade mantenedora da Fundação Mãe de Deus.

Art.44 - Que será permitido a qualquer tempo, a estabelecimentos de ensino superior no município de municípios limitados pelo alcance da emissora, sua participação na programação mediafite acordo a ser firmado convênio COLL partes.

> BALENA AXIAS

AMALIA ZAMPELON BORGED

Escrevente Autorizada

MECONHECC COM A FLYOHA DE USO DESTI 0200

CAX EM TEST

A U.F.E. T.C. A.G. A O

A U.F.E.N.T.C. A.G. A O

Autentico o verso e anverso da presente fotocópia que é uma reprodução fiel do original que pre 10 apresentado, do que dou fé.

EMITESTEMUNIO

Caxias do Sul, 29 de março de 2010

Dorvina Camargo de Almeida da Silva - Escrevente

Emol: R\$5,29 + Selo argital: R\$0,40 - 0429/01.9900002.59108...\$3909

CERTIDÃO

CAXIAS DO SUL, 19 DE MARÇO DE 1992

() Cumm

PLÍNIO BACKENDORF Oficial

AUTENTICAÇÃO NO ANVERSO 3º TABELIONATO - CAXIAS DO SUL - RE FICIO DO REGISTRO CIVIL PESSOAS JURIDICAS

OFICIAL
PLINIO BACKENDORF
AJUDANTES
SÉRGIO ROMAN E
LEONTINA B. BACKENDORS

Cazias do Sul - RS

ATA DO CONSELHO DE CURADORES DE SANORIFICIONA DE CURADORES DE SANORIFICIONA DE CURADORES DE SANORIFICIONA DE CURADORES DE SANORIFICIONA DE CURADORES DE CONTROLLA DE CONTROLLA

No dia sete de janeiro de 2008, às quinze horas, reuniram-se os membros do Conselho de Curadores da Fundação Mãe de Deus, à rua Feijó Junior, 275, em Caxias do Sul/RS, convocados por seu Presidente para a seguinte ordem do dia: a) tomada de posse dos novos membros do Conselho de Curadores; b) eleição da Diretoria para o triênio 2008 a 2011; c) outros assuntos. O Conselho de Curadores ficou assim constituído: - como membros efetivos os instituidores, Mosart Roque Longhi e Maria Francisca Crocoli Longhi; - como membros representantes da Comunidade Oásis, Gislaine Tronco Benedetti e Ângelo Heitor Crocoli Longhi; como membros representantes da Comunidade Oásis com mandato de três anos Irma Maria Crocoli e Cristina Barbosa; os nomes dos membros da RCC com mandato de três anos não se fizeram presentes. A Diretoria para o triênio 2008 a 2011 ficou assim: Presidente -MOSART ROQUE LONGHI, brasileiro, casado, CPF 089784410-68, 9032736143, Vice-Presidente MARIA FRANCISCA ---CROCOLI LONGHI, brasileira, casada, CPF 133102830-20, RG 8005683341, Tesoureiro – ANGELO HEITOR CROCOLI LONGHI, brasileiro, casado, CPF 704935100-87, RG 7060224305, residentes e domiciliados à rua Victorio Pellin s/nº no Bairro Pedancino em Caxias Sul/RS, Secretario - GISLAINE TRONCO BENEDETTI, brasileira, casada, CPF 423700000-15, RG 4024826531, residente e domiciliada à rua Carlos Dutra Viana, nº470 apto 13 em Caxias do Sul/RS. O Presidente deu-lhes imediata posse para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data até janeiro de 2011. Como ninguém se manifestou o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para lavratura desta ATA, o que eu Gislaine Tronco Benedetti, Secretario, o fiz. Reaberta a sessão a ATA foi lida, aprovada e segue assinada por mim e pelos membros presentes. __

Gelaing & Benedelt, bristina Barbora,
Thisele looking Maria Francisca. Geocoli Pough
MANT My ma Maria Carocoli

MÁRIO FERRARI
TERCEIRO TABELIONATO

Autentico o verso e anverso da presente fotos ópia que é uma reprodução fiel do original que me tol apresentado, do que dou fé.

EM TESTEMUNIO
Caxias do Sul 29 de margo de 2010
Dorvina Camargo de Ameida da Silva - Escrevente
Emol: R\$\$5,20 + Selo digital - R\$0,40 - 0129.01 0900002.504104 a 69105



OFICIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca de Caxias do Sul – RS Rua Bento Gonçalves, nº 1901 – CEP 95020-412 Fone: (54) 32098700 – Fax (54) 32098749

CERTIDÃO

SENGIO ROMAN
Registrador Substituto
DENISE T. M. DA SILVA e MARCIA C.V. ALMEIDA
Escreventes





AUTENTICAÇÃO NO ANVERSO 3º TABELIONATO - CAXIAS DO SUL - RS REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS Certifico que este documento esta REGISTRADO e é Cópia de teor igual e fiel, na forma exconteúdo, da via arquivada neste Oficio. Dou fé Caxias do Sul.

A Marile

Oficial: Pililio Backendorf Regs. Substs.: Sérgit Ruman e Leontina S. Backendorf Escreventes: Denise T. Idota da Silva e Márcia C. V. Almeida



Exmo. Sr.
DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA-DF

DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, DECLARA que NENHUMA PROPAGANDA COMERCIAL, direta ou indiretamente, é veiculada na programação da emissora, de caráter exclusivamente educativo, conforme dispõe o art.13 parágrafo único, do Decreto Lei 236/67.

Caxias do Sul, 01 de dezembro de 2010

Møsart Roque Lønghi

Diretor

FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS

Exmo. Sr.
DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA-DF



DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, DECLARA que dentro da programação da emissora, de caráter exclusivamente educativo, um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo está sendo reservado para a transmissão de serviços noticiosos, de acordo com o que estabelece o art.67,3, do decreto 52.795-Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Caxias do Sul, 01 de dezembro de/2010

Mosart Roque Longh

// Diretor

FÚNDAÇÃO MÃE/DE DE/US



Exmo. Sr. HÉLIO COSTA DD. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES BRASILIA — DF

DECLARAÇÃO

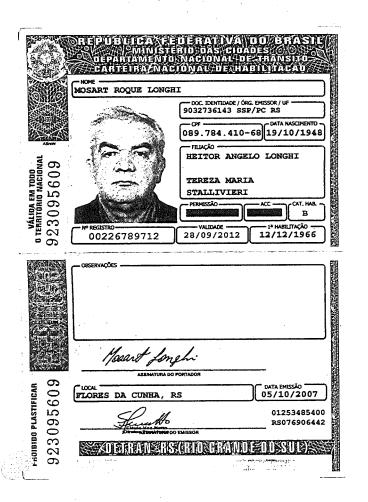
A FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, informa que a pessoa responsável pela Gestão das Atividades é o Sr. MOSART ROQUE LONGHI, brasileiro, casado, CI nº9032736143 SSPRS, CPF nº089784410-68, que a pessoa responsável pela Área Editorial é a Sra. MARIA FRANCISCA CROCOLI LONGHI, brasileira, casada, CI nº8005683341 SSPRS, CPF nº133102830-20 e que a pessoa responsável pela Direção da Programação é a Sra. GISLAINE TRONCO BENEDETTI, brasileira, casada, CI nº4024826531 SJSRS, CPF nº423700000-15, residentes e domiciliados a Rua Feijó Junior, 275, em Caxias do Sul/RS.

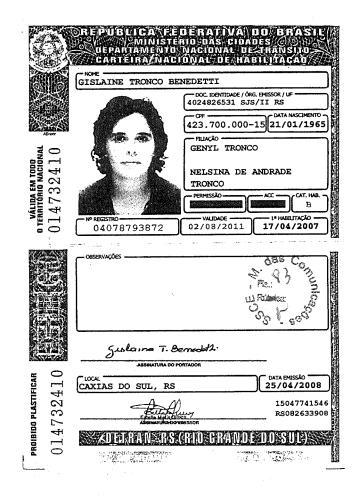
Em anexo os respectivos documentos de comprovação.

Caxias do Sul, 05 de Janeiro de 2010.

Mosart Roque Long/i

/ Diretor/ Fundação Mãe de Deus









1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO SUL - RS - FONE (54) 3223-4456 MARCOS FERREIRA CUNHA LIMA - TABELIÃO





1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO SUL - RS - FONE (54) 3223-4456 MARCOS FERREIRA CUNHA LIMA - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a reprodução constante de verso extraída nestas notas a qual confere com o original apresentado. 636085-8403439

EM TESTEMUNHO

CAXIAS DO SUL 06 de dezembro de 2010

Cátia Rejana Eiavati especiente autorizada 15:45-37

Emols.: R\$ 2,60 + Selo digital: R\$ 0,200127 01. 1000002/91438

AUTENTIÇÃÇÃO

AUTENTICO a reprodução constante do veiso extraída nestas notas a qual confere com o original apresentado. 636085-0403438

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE

CAXIAS DO SUL, 98 de dezembro de 2010
Cátia Rejane Biayati escrevente autorizada 15,45:37
Emols.: R\$ 2,60 + Selo digital R\$ 0,200127.01/1000002.91437

Cape Relate Blavan Escrevente Autorizada

1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO SUL - RS - FONE (54) 3223-4456 MARCOS FERREIRA CUNHA LIMA - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a reprodução constante do verso extraída nestas notas a qual confere com
o original apresentado. 636085-0403439

EM TESTEMNHO

DA VERDADE

CÂXIAS DO SUL, 06 de dezembro de 2010

Câtia Rejane Ejavati - ascrevente autorizade - 15145:37

Emols.: R\$ 2,80 + Selo digital: R\$ 0,200127 01.1000002/91435

Relane Blavati revente Autorizada

TERMO DE PARCERIA

A ESCOLA JESUS BOM PASTOR - PASTORINHAS, Av. São Leopoldo, 458, B. S. Leopoldo, em Caxias do Sul/RS, CNPJ nº 88.631.783/0007-48 e a FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS. Rua Feijó Junior, 275 – B. S. Pelegrino, nesta cidade de Caxias do Sul/RS, CNPJ nº 92.862.572/0001-06, Permissionária do Servico de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, RÁDIO MÃE DE DEUS FM 107.9, abaixo assinadas, firmam entre si um termo de parceria para uso da Rádio Mãe de Deus FM 107.9.

A Escola Jesus Bom Pastor fornecerá à Rádio Mãe de Deus em forma de entrevistas na programação ao vivo e gravações que serão introduzidos na grade de programação em rodízio nos diversos horários, informações sobre:

- a) educação infantil.
- b) língua portuguesa (gramática e novas regras ortográficas).
- c) geografia.
- d) história.

O objetivo é o de formar e informar culturalmente os ouvintes situados na área de abrangência das referidas instituições.

Esta parceria não envolverá recursos financeiros entre as partes.

Caxias do Sul, 01 de dezembro de 2019.

Escola Jesus Bom Pastor

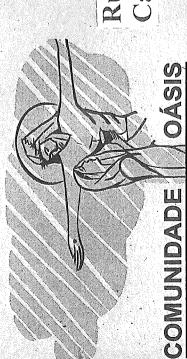
ESC. FUND. JESUS BOM PASTOR Port. Aut. Reconhec. CEED nº 14.929 de 19/09/73 Parec. Aut. Func. Nº 920 de 22/11/00 D.O. 29/11/00

Parec. Cred. Aut. Func. 6ª à 8ª Série nº 1.11.6 de 01/10/03 D.O. 06/10/03 Fundação Mãe de Dens

1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAXIAS DO SUL - RS RUA DAL CANALLE, 2186 - EXPOSIÇÃO - CAXIAS DO MARCOS FERRÉIRA CUMHA LIMA AUTENTICAÇA AUTENTICO a reprodução constante desta

qual confere com o original apresentado - 688321-03998 19
EM TESTEMUNHO | DA VERDADE |
CAXIAS DO SUL, sexta-feira, 10 de dezembro de 2010
Daiane Siqueira dos Santos - escrevente autorizada
Empis.: R\$ 2,89 * Selo digital: R\$ 0,20 + ISS - 0127 31 1080202

Remetente:



Mãe de Deus comprenses com a evandetização

WF01067

10010M

Rua Feijó Junior, 275 – Bairro São Pelegrino Caxias do Sul - RS 95034-160

Telefone: 0**54 3028.8881 www.comunidadeoasis.org.br

Nossa Vida, Nosso Amor, Nossa Verdade.

CONFERENCIA DE 2010

VÂNEA RABELO
Coordenadora Geral
Grupo de Trabalho de Atos Pós outorga
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS – bloco "R"

BRASILIA-DF

70.044-900



(ETIQUETA OU CATEUOITE)

- doc- Mosde Den





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome:

FUNDACAO MAE DE DEUS

CNPJ:

92.862.572/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:08:13 do dia 01/08/2011 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/08/2011.

Certidão expedida gratuitamente.





Agência Nacional

BOA TARDE REGINA MONICA DE FARIA SANTÓS

Sistemas Interativos

Menu Principal *

SRD »» Consultas »» Geral internet

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral FM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
<u>228</u>	STUDIO 93 CAXIAS RADIODIFUSAO LTDA	RS	Caxias do Sul	FM	3	N
<u>253</u>	FUNDACAO CULTURAL RIOGRANDENSE	RS	Caxias do Sul	FM	3	M
<u>274</u>	RADIO ITAPEMA FM DE CAXIAS DO SUL LTDA.	RS	Caxias do Sul	FM	3	N.
<u>274</u>	RADIO ITAPEMA FM DE CAXIAS DO SUL LTDA.	RS	Caxias do Sul	FM	3	N
<u>289</u>	RADIO ATLANTIDA FM DE CAXIAS DO SUL LTDA	RS	Caxias do Sul	FM	3	М
293 E	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RS	Caxias do Sul	FM	3	М
300 E	FUNDACAO MAE DE DEUS	RS	Caxias do Sul	FM	. 3	М

Usuário: anatel\reginam.mc - REGINA MONICA DE FARIA SANTOS

Data: 01/08/2011

Hora: 17:09:05

Registro 1 até 7 de 7 registros

Página: [1]

[Ir] [Reg]

Ministério o	das Comunica	ções		Destaques	o Governo			
OA	NAT	1550 E. 1659.	ência Nacio Telecomuni				MONICA DE FA Sistemas terativos	BOA TARDEN ARIA SANTOS O Fio 8
🖄 Menu Prind	cipal ▼				SRD »» C	Consultas »» Geral	internet teia	
Consulta Ge	eral - FM							The
Identificação	do Canal P	В						
UF:	RS Caxias do Sul 107,9 MHz A4				Distrito: Sub Distrito: I Especifico: Fase:	3 - Licenciada		
Dados da Enti	idade							
Entidade: Nome Fantasia: Nº Estação: Primeiro Licenciamento: Dados do Pl		e de deus		Lice	CNPJ:	50001818910 92.862.572/0001 Entidade não pos 18/04/2001		
☐ Dados do Pi								
Dados da Enti	_							
	92862572000	106 4				Pesquisar	1	
Razão Social: Nome Fantasia: Endereço Sede País:	FUNDACAO MA	E DE DEUS Do de Usuá		al JA ALMIRANTE	TAMANDADE	<u>i resquisa.</u>		
Número:	Nº 116 Caxias do Sul	Comple		PANAZZOLO			OLDO	UF: RS
Endereço de C		ência				•		
Cep: Número:	Brasil 95034160 275 Caxias do Sul		omplement Distrit			AO PELEGRINO		UF: RS
Nome Fantas	ia		-				a—tana I	
Nome Fantasia								
					,			
Dados da Out	orga							
SCRAD Jurídico:	11236]		Data Pub Contrato/Cor	icação vênio:	7/2000		
SCRAD Técnico:	011235							
Data Limite Instalação:			N	úmero do Pro	cesso:		4	
•	50001818910)						
□ Documento								
Atualização d	de Docume	_						
Nº Ato Tipo do o	iocumento	Órgão D	ata Ato D	ata DOU		Razão		Natureza
4		4		4	4	. (Outorga 4	4

291		Portaria ±	MC Example 1	09/12/1998	11/12/1998		Jur. :
162] ∢	Decreto Legislativo 🕠 👍	CN	04/07/2000	05/07/2000	Deliber. do C. Nacional	4 <u>Jur.</u> • 4
14763] ∢	ATO.	ER	30/01/2001 ◀	31/01/2001	Autoriza o Uso de Radiofreqüência	1 Téc. • 1
⊞ Cara	act	erística da Estação Inst	alada				
⊞ Dad	os	do Licenciamento					
හ Tel	a In	icial 🎒 Imprimir					V 2 000 7 M 9 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Anexo, 3º andar, sl. 320, O. 70044-900 - Brasília – DF

(61) 3311-6867

Memorando nº 26%/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Em 03 de agosto de 2011.

Ao Coordenador de Atos Societários

Assunto: Alteração do quadro diretivo.

MINISTĒRIO DAS COMUNICAÇÕES BRASÍLIA - DF

53000 040293/2011-95

SERAD DISAD/COSAD/CGLODED

- 1. Ao proceder-se à análise da documentação constantes do processo no 53000.016443/2010, encaminhada a este Ministério pela **Fundação Mãe de Deus**, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, verificou-se que a referida entidade efetivou a alteração do quadro diretivo, sem prévia autorização deste órgão.
- 2. Assim, encaminha-se para devidas providências cópia dos documentos que apontam tal alteração levada a efeito sem anuência prévia deste Ministério.

Atenciosamente,

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO Coordenador de Renovação e Revisão de Outorga

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO E REVISÃO DE OUTORGAS - COREV

DESPACHO Nº 1855/2011/COREV/CGLO/DEOC/SCE-MC Brasília, O Sde Ogodo de 2011. Ref.: Processo nº: 53000.016443/2010 (X) Renovação de Outorga) Transferência Direta) Transferência Indireta Assunto: Verificação de processos de apuração de infrações Interessada: Fundação Mãe de Deus Servico: FM-E Localidade: Caxias do Sul / RS; Tendo em vista que o Processo em referência está em fase de conclusão para remessa à Consultoria Jurídica - CONJUR, foi realizada, na data de hoje, consulta ao banco de dados disponibilizado, por arquivo eletrônico, pela Coordenação de Controle de Processos de Apuração de Infração, do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Outorgas, desta Secretaria, pelo qual constatou-se: (x) NÃO HAVER nenhum processo(s) de apuração de infração instaurado contra a entidade no período, inexistindo, por conseguinte, óbice ao prosseguimento do feito. () HAVER o(s) seguinte(s) processo(s) de apuração de infração instaurado(s) contra a entidade no período, porém que () não resultaram () não podem resultar em pena de cassação da outorga, o que não obsta, por conseguinte, o prosseguimento do feito: **PROCESSO** PENALIDADE APLICADA/PREVISTA () HAVER o(s) seguinte(s) processo(s), de apuração de infração instaurado(s) contra a entidade, no período, cuja penalidade poderá resultar em CASSAÇÃO DA OUTORGA, passível de impedimento ao prosseguimento do processo em referência.

Brasília/DF, 03 de agosto de 2011.

SITUAÇÃO ATUAL

PROCESSO

REGINA MONICA DE FARIA SANTOS Analista/Chefe de Serviço

DE ACORDO:

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO Coordenador de Renovação e Revisão de Outorga





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 1912/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Assunto: Renovação de Outorga Tempestiva.

Referência: 53000.016443/2010;

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Pelo presente processo a entidade abaixo qualificada encaminha, para análise deste Ministério, o pedido de renovação de outorga.

2. Dados Preliminares:

Interessada: Fundação Mãe de Deus;

Serviço: FM - E;

Localidade: Caxias do Sul / RS; Período: 05/07/2010 a 05/07/2020;

Atos da Outorga: Portaria nº 291, de 09 de dezembro de 1998, publicada no DOU de 11/12/1998;

Atos da última renovação da outorga: não houve; Data do último vencimento da outorga: 05/07/2010;

Data do pedido: 05/04/2010.

ANÁLISE

3. Visando o prosseguimento dos autos, conferimos, nesta data, a documentação apresentada, objetivando a sua completa instrução, em atendimento às normas vigentes sobre o assunto:

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	JUNTADA
1-Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da	2
interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações.	
2-Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da	3
concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de	
renovação seja atendido (art. 3°, § 1°, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983).	
3-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou	64
comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	
4-Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou	65
comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	
5-Laudo de ensaio do(s) transmissor(es).	4-13
6.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do laudo de ensaio, quitada.	66-67

6.2 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do laudo de vistor., quitada	68
7- (x) Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, de acordo com as normas técnicas vigentes; (x) Declaração firmada em conjunto com o representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Poder Concedente, de acordo com os	Laudo de Vistoria fl. 47-51
parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; () Declaração indicando se há pedido(s) não autorizado(s) de alteração de características técnicas da emissora em andamento no Ministério das Comunicações; () Não apresentou laudo e/ou declaração. Feita vistoria técnica pela ANATEL.	Declaração fl. 53
8- Comprovante de regularidade com o FISTEL.	86
9-Declaração de não infringência à vedação do art. 220, §5°, CF.	18
10- Prova de regularidade relativa ao INSS.	23
11- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	19
12- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Receita Federal.	20
13- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da entidade.	22
14- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da entidade.	21
15- Cópia completa da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.	24-27
16- Documentos atualizados revelando eventuais alterações havidas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício;	69-79
17- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que nenhuma propaganda comercial, direta ou indiretamente, é veiculada na programação da emissora, conforme dispõe o Art. 13, Parágrafo Único, do Decreto-Lei 236/67;	80
18- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que, dentro da programação da emissora, de caráter exclusivamente educativo, um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo está sendo reservado para a transmissão de serviços noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto 52.795-Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;	81
19- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.	43
20- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da CF.	44
21- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação.	82-83

22- Documento (convênio, termo de parceria, etc.) que comprove a vinculação da	84
fundação com instituição de ensino, de acordo com o art. 20, III, do Ato	des Con
Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e	\$ 92°
Informática, da Câmara dos Deputados (CCTCI);	W Rubrica: Ro 8
INFORMAÇÕES INTERNAS	જુ જુ
23- Informação do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços	Nada consta
de Comunicação Eletrônica -DEAA acerca da existência ou não de processos de	fl. 90
apuração de infração instaurados em desfavor da entidade interessada, relativos a	
infrações cometidas durante o período de vigência da outorga e, em caso positivo,	
se configuram ou não impedimento ao deferimento do pleito referente à	
renovação.	
24- Foi(ram) verificada(s) transferência(s) direta/indireta da interessada, no	Não houve
período de vigência da Outorga, de acordo com o(s) ato(s) abaixo especificado(s)	
– cópia(s) juntada na(s) folha(s) indicada(s):	
25-Cópia do Contrato de Concessão/Permissão, caso a outorga tenha sido	Portaria nº
concedida a partir de 1997.	291, de 09 de
	dezembro de
	1998.
26- Número de Emissoras do Serviço na Localidade (em caso de TV, geradoras e	87-88
retransmissoras): anexo extrato do SRD.	

27- Nacionalidade dos Diretores:

Nome	Nacionalidade
Mosart Roque Longhi	Brasileira
Ivan Antônio Furlan	Brasileira
Gilberto Franco	Brasileira
Agostinho Pontatti Neto	Brasileira

28- a) Nacionalidade do(s) responsável(eis) pela gestão das atividades:

Nome	Cargo	Nacionalidade
Mosart Roque Longhi	Gestor de atividades	Brasileira

28- b) Nacionalidade do(s) responsável(eis) pela área editorial:

ı			
	Nome	Cargo	Nacionalidade
١	Maria Francisca Crocoli Longhi	Editora	Brasileira

28- c) Nacionalidade do(s) responsável(eis) pela direção da programação:

Nome	Cargo	Nacionalidade
Gislaine Tronco Benedetti	Diretora de programação	Brasileira

- 4. Após a citada conferência verificamos que não há pendência de apresentação de documentos, de acordo com o que consta da listagem acima.
- 5. Foi verificado, também, que não há processo de transferência da outorga de que trata o presente processo em andamento, de acordo com pesquisa feita no Sistema CPROD.

6. As leis, regulamentos e normas que regem as renovações de outorgas dos serviços de radiodifusão, integralmente obedecidos pelos documentos apresentados aos autos, que vieram a promover a sua completa instrução, são discriminados a seguir: Lei nº 5.785/72; Dec. nº 88.066/83; Ato Normativo nº 1, de 2007, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicações e Informática da Câmara dos Deputados; Art. 47, I, a, Lei nº 8.212/91 (INSS); Art. 27, c, Lei nº 8.036/90 (FGTS); e determinação da Casa Civil da Presidência da República, por meio das Subchefias de Assuntos Jurídicos e de Assuntos Governamentais, determinação essa encaminhada por uma série de ofícios, ao Ministério das Comunicações em novembro de 2007.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, após a constatação acima assinalada, opinamos pela renovação da outorga e encaminhamento do processo ao senhor Ministro de Estado das Comunicações, para prosseguimento, tendo em vista que a interessada apresentou aos autos toda a documentação instrutória exigida pelas normas que regem a matéria, de acordo com a indicação das folhas acima descritas.

À consideração superior.

Brasília/DF, 03 de agosto de 2011.

REGINA MÔNICA DE FARIA SANTOS Analista / Chefe de Serviço

De acordo. À consideração da Senhora Coordenadora Geral de Regime Legal de

Brasília, de Och de 2011.

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO Coordenador de Renovação e Revisão de Outorga

Outorgas.

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de a forto de 2011.

VÂNEA RABELO

Coordenadora Geral de Regime Legal de Outorgas

De acordo. À apreciação do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, / de ago to de 2011.

DERMEVAL DA SILVA JUNIOR

Diretor de Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica

De acordo. À Consultoria Jurídica, para prosseguimento, tomando-se as providências recomendadas.

Brasília, 22 de 000 To de 2011.

GENILDO LUSS DE ALBUQUERQUE NETO Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PARECER № 1.115/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO № 53000.016443/2010. INTERESSADO : Fundação Mãe de Deus.

ASSUNTO:

Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

I – Renovação da outorga deferida Fundação Mãe de Deus, para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e na Lei nº 5.785/72, regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83.

III - Processo devidamente instruído com a documentação necessária ao deferimento do pleito. Competência do Ministro de Estado das Comunicações, conforme art. 33, § 5º, da Lei 4.117/62 e art. 6º do Decreto nº 88.066/83.

Senhor Consultor Jurídico,

Trata-se de processo administrativo de interesse da Fundação Mãe de Deus, referente à renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, relativa ao decênio de 2010 a 2020.

I - RELATÓRIO

- 2. A outorga do serviço foi conferida à Fundação Mãe de De Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da dezembro de 1998, referendado pelo Decreto Legislativo nº 162, de 200 Diário Oficial da União em 5 de julho de 2000.
- 3. De acordo com o art. 123, inciso I, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006, o processo foi submetido à análise técnica da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que opinou pela renovação da outorga, conforme Nota Técnica nº 1912/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC (fls. 91/93).

II - RENOVAÇÃO DA OUTORGA

4. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 223, a possibilidade de renovação das outorgas concedidas pelo Poder Público àqueles que exploram serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por sua vez, a Lei nº 5.785/72 determina que a renovação da concessão ou permissão está subordinada ao interesse nacional e à

ľ X adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão. A interessada deve comprovar o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assim como a observância das finalidades educativas e culturais do serviço. A norma encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 88.066/83.

- 5. A renovação da outorga consiste em direito conferido àqueles que exploram o serviço dentro dos padrões exigidos pela legislação regente, desde que haja interesse nacional. As permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora poderão ser renovadas por períodos sucessivos de dez anos e as concessões referentes ao serviço de radiodifusão de sons e imagens por períodos sucessivos de quinze anos (Decreto no 88.066/83, art. 2º). Não há limitação quanto ao número de períodos renovados.
- 6. Ao Presidente da República compete outorgar concessão ou autorização para os serviços de radiodifusão de sons e imagens, serviços de radiodifusão sonora regional e nacional, bem como suas renovações. Quando se tratar de outorgas de permissão relativas à execução do serviço de radiodifusão sonora local e respectivas renovações, a atribuição compete ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos dos artigos 33, § 5º, e 34, §1º, da Lei 4.117/62 e art. 6º do Decreto nº 88.066/83, que regulamenta a Lei no 5.785/72.
- 7. Feitos estes esclarecimentos, passamos ao exame do pedido.

III - ANÁLISE DO PEDIDO

- 8. O requerimento formulado foi apresentado tempestivamente, nos termos do art. 3° do Decreto n° 88.066/83, conforme se verifica no documento de fl. 2, datado de 5/04/2010.
- 9. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica analisou o processo e opinou pelo deferimento do pedido de renovação, em virtude de terem sido apresentados todos os documentos exigidos, conforme Nota Técnica nº 1912/2011/COREV/CGLO/DEOC/SCE-MC, às fls. 91/93.
- 10. De acordo com as certidões fiscais apresentadas durante a instrução processual, a entidade demonstrou situação regular. No que tange ao cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, o documento acostado à fl. 90, demonstra que não foi instaurado em face da entidade processo administrativo de apuração de infração.
- 11. Em atendimento ao disposto nos artigos. 220 a 223 da Constituição da República, a entidade interessada apresentou as seguintes declarações:
 - declaração assinada pelo representante legal da entidade atestando que nenhuma propaganda comercial, direta ou indiretamente, é veiculada na programação da emissora, conforme dispõe o Art. 13, parágrafo único, do Decreto-Lei n° 236/67, fl. 80;
 - declaração assinada pelo representante legal da entidade, atestando que dentro da programação da emissora, de caráter exclusivamente educativo, um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo está sendo reservado para a transmissão de serviços noticiosos, fl. 81;
 - declaração da entidade de radiodifusão de cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, fl. 43; e
 - declaração da entidade de radiodifusão de cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, fl. 44.



- 12. Por fim, cumpre informar:
 - Número de emissoras do serviço na localidade extrato da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL às fls. 87/88;
 - Nacionalidade dos proprietários da entidade de radiodifusão a entidade possui quadro societário com a seguinte composição: Mosart Roque Longhi, Ivan Antônio Furlan, Gilberto Franco e Agostinho Pontatti Neto, todos brasileiros natos;
 - Nacionalidade do responsável pela gestão das atividades: Mosart Roque Longhi, brasileiro nato;
 - Nacionalidade do responsável pela área editorial: Maria Francisca Crocoli Longhi, brasileira nata (fl. 83);
 - Nacionalidade do responsável pela direção de programação: Gislaine Tronco Beneditti, brasileira nata (fl. 83).
- 13. Portanto, restam atendidos todos os requisitos legais necessários à renovação da outorga concedida à entidade interessada.

IV- CONCLUSÃO

- 14. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia-Geral da União, não vislumbra qualquer óbice jurídico ao deferimento do pedido.
- 15. Oportuno ressaltar que a outorga deverá ser renovada a partir de 5 de julho de 2010, tendo por referência a data da publicação do decreto legislativo que aprovou a permissão, e o ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da Republica,

À consideração superior.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

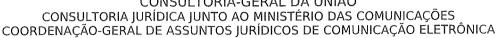
Advogada a União / os Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica - Substituta





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO



DESPACHO № 2064/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO № 53000.016443/2010. INTERESSADO : Fundação Mãe de Deus.

ASSUNTO:

Renovação de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Aprovo o PARECER № 1.115/2011/CAO/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU da lavra da Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica – Substituta.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, ZZ de Stembro de 2011.

//JOSÉ FLÁVIO BIANCHI Consultor Jurídico – Substituto

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF Telefones: (61) 311-6535/311-6197 Fax: (61) 311-6602 Email: conjur@mc.gov.br





SFIS. 9 Z Rubriça:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII № 128-E Brasília - DF, quarta-feira, 5 de julho de 2000 R\$ 0,75

Aviso

Esta edição é composta de um total de 80 páginas, o o Cademo Eletrônico com 64 páginas e o Convencional

Sumário

	PAGINA
Congresso Nacional	1
Senado Federal	2
so da Justiça	2
io da Fazenda	. 9
io dos Transportes	12
so dos Transportes	15
to da Educação	15
to da Cultura	
to do Trabalho e Emprego	15
io da Previdência e Assistência Social	13
io da Saúde	16
to do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	

10 de Minas e Energia	24
no do Planejamento, Orçamento e Gestão	33
to das Comunicações	
to da Ciência e Tecnologia	38
I de Contre de União	. 38
es de Fiscalização do Exercício das Profissões	
	. 59
udiciáriovide caderno não-eletrônico	. 59

os do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. n 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Difusora Paraisense Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Rádio Difusora Paraisense Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 4 de julho de 2000 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Araguaia Ltda." para explorar ser-viço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 16
de maio de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão de "Rádio Araguaia Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodífusão sonora
em onda curta na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua
publicação.

publicação.

Senado Federal, em 4 de julho de 2000 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHĀES Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos ter 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Rádio Difusora de Itapetininga Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de abril de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Rádio Difusora de Itapetininga Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sónora em onda média na cidade de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de cua publicação. sua publicação.

Senado Federal, em 4 de julho de 2000 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonid Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 161, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Emissora Vanguarda Li
para explorar serviço de radioidiza de la cidade con fraciliancia modulada na cidade. sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 88, de 13 de março de 1998, que renova por dez anos, a partir de 27 de novembro de 1995, a permissão outorgada a "Rádio Emissora Van guarda Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

> Senado Federal, em 4 de julho de 2000 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antoni Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do ar 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

> DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão "Fundação Mãe de Deus" para execut serviço de radiodifusão sonora em freqüê cia modulada na cidade de Caxias do Si Estado do Rio Grande do Sul.

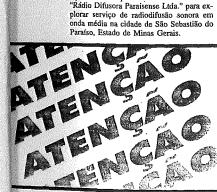
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 291, 9 de dezembro de 1998, que outorga permissão a "Fundação Mãe Deus" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividad serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fi exclusivamente educativos, na cidade de Caxias do Sul, Estado Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data publicação.

> Senado Federal, em 4 de julho de 2000 Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES Presidente

(Of. El. nº 72/2000)



Clientes interessados em adquirir a publicação das Instruções Normativas nºs 59 e 60, da Secretaria da Receita Federal, entrar em contato com a Imprensa Nacional através dos telefones (61) 313-9614 e 313-9615.

Johnson

OFICIAL DE 11/12/1998
PAGINA 252/52/52/54
ANOTADO POR:

M. das Control No. 1995

PORTARIA N°. 291, DE 09 DE dezembro

DE 1998.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, Interino, no uso de sua ições e nos termos do artigo 6°, § 2°, alínea "a" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão ado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, e artigo 13 § 1°, do citado Regulamento redação do Decreto 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Process nistrativo n° 29102.001781/89, resolve:

- Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Mãe de Deus, para executar, pelo prazo de de sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, con xelusivamente educativos, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
- Art. 2º A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasilo municações, leis subsequentes e seus regulamentos.
- Art. 3° Esta permissão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conal, nos termos do § 3° do artigo 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVICOS DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B - 3º andar - ala oeste

CEP 70044-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3311-6000

OFÍCIO nº 2639/2011-CGLO/DEOC/SCE-MC

Brasília, 26 de 10

de 2011.

Ao Representante Legal da FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS Rua Feijó Junior, 275 – Bairro São Pelegrino Caxias do Sul-RS

CEP 95034-160

Assunto: Pagamento de Taxa de Publicação (Renovação de Outorga)

Referência: Processo nº 53000.016443/2010

Prezado Senhor,

Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 439; de 13 de outubro de 2011, da FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, encaminhamos em anexo guia DARF, para recolhimento da taxa de publicação, devendo o comprovante ser devolvido via FAX para a Imprensa Nacional, (61) 3441-9555), com a devida confirmação de recebimento pelo número (61) 3441-9500, para que o referido Ato seja publicado no Diário Oficial da União, sem o que não terá validade.

O não pagamento da citada taxa, no prazo estabelecido na referida guia, implicará em que o ato citado seja tornado sem efeito, tomadas as providências cabíveis em relação aos respectivos autos.

Atenciosamente

VÂNEARABELO

Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

MNSF/mnsf/CGOU.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 26/10/2011 15:21:10

Origem: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Operador: Maria Noelia Sanchas Falcao

Ofício: 1798826

Data prevista de publicação: 27/10/2011 Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1

Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Acompanhe o status da(s) matéria(s) na opção 'Consultar Matérias'

Matérias							
Seqüencial	Arquivo(s)	Tamanho (cm)	Valor				
4246472	RENOVAR-PORT.439 - 11 - FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS.rtf	8,00					
	Total da matéria	8,00	R\$ 242,96				
TOTAL DO OFICIO		8,00	R\$ 242,96				

Imprimir Boleto

Recibo do Sacado

1

00198.41808 50000.000005 01798.826218 3 51420000024296

Cedente PR - Imprensa Nacional							Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 0000000001798826
4		04.196.645/0001-00		05/11/2011			}	242,96	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções		(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrac	do	
Sacado						*		L	
FUNDACAO MAE DE I	DEUS								
Rua Feijó Junior, 275	- Bairro São Pelegi	ino							
Caxìas do Sul, RS - Cl	EP: 95034-160								
Instruções									Autenticação mecânica

Referente a publicação do ofício 1798826 enviado em 26/10/2011

8 BANCO DO BRASIL 001-9 00198.41808 50000.000005 01798.826218 3 51420000024296

Local de pagamento							Vencimento	
Pagável em qualquer Ba	anco até o venc	imento						05/11/2011
Cedente							Agência/Código cedent	te
PR - Imprensa Nacional								1607-1 / 55573000-X
Data do documento No documento			Espé	cie doc.	Aceite	Data process.	Nosso número	
26/10/2011	6/10/2011 4			ND	N	26/10/2011		00000000001798826
Uso do banco / Convênio	Carteira	Espécie	Quantidade	Quantidade Valor Documento		(=) Valor documento		
33804/841805	18 / 124	R\$	0001	0001 242,96			}	242,96
33804/841805 18 / 124 R\$ 0001 242,96 Instruções A publicação somente será efetivada após a compensação bancária deste documento. Para publicação na edição do dia útil seguinte à transmissão, o pagamento deverá ser comprovado até as 18h, mediante entrega do comprovante no guichê da Imprensa Nacional ou seu envio pelo fax (61) 3441-9555, com a devida confirmação de recebimento pelo número (61) 3441-9500. Após vencimento, este boleto perde a validade. Referente a publicação do ofício 1798826 enviado em 26/10/2011							(-) Desconto / Abalimer (-) Outras deduções (+) Mora / Multa (+) Outros acréscimos (=) Valor cobrado	nto ,

FUNDACAO MAE DE DEUS

Rua Feijó Junior, 275 - Bairro São Pelegrino

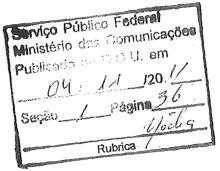
Caxias do Sul, RS - CEP: 95034-160

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

Continuar



PORTARIA Nº 439 , DE 13 DE OUTUBRO

DE 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.016443/2010, RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 5 de julho de 2010, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. $2^{\underline{o}}$ A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA Ministro de Estado das Comunicações

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

- 1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.016443/2010, acompanhado de Portaria, que renova a permissão outorgada à **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS**, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de julho de 2010.
- 2. A outorga foi deferida à **FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS**, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000.
- 3. Observo que a renovação das permissões outorgadas para a execução dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
- 4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que todas as disposições normativas regentes foram atendidas.
- Diante do exposto e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento, o Decreto nº 88.066/83, encaminho o processo a Vossa Excelência, para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

PAULO BERNARDO SILVA Ministro das Comunicações Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após de-liberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-

PORTAREA Nº 439, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

PORTURIA N° 439, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janciro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.016443/2010, resolve: Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1902, por dez anos, a partir de 5 de julho de 2010, a permissão outorgada 4 FUNDAÇÃO MÁE DE DEUS, pela Portaria nº 291, de 9 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 11 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 162, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüencia Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Municipio de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A execuçado do serviço de radiodifusão euja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após defliberação do Congresso Nacional, nos termos do 8 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 440, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto "no art. 5" da Lei n" 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6", inciso II, do Decreto n" 88,066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n" 53000.041676/2010, resolve:

Art. 1" Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3", da Lei n" 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 21 de dezembro de 2010, a permissão outorgada, com fins exclusivamente educativos. à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO - FECAP, pela Portatira n" 172, de 21 de setembro de 1989, e ruborada pela Petratira n" 77, de 1" de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 1989, e ruborada pela Petratira n" 77, de 1" de março de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o Seviço de Radiordifissão Sonora em Freqüência Modulada, no Municipio de Pinheiro, Estado do Marunhão.

Art. 2" A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é

Estado do Marunhão.
Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.
Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SH.VA

PORTARIA Nº 448, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

PORTARIA Nº 448, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.049754/2008, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de fevereiro de 2009, a permissão outorgada à RADIO FRATERNI-DADE LTDA., pela Portaria nº 134, de 5 de fevereiro de 1969, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2003, referendada pelo Decreto Legislativo nº 42, de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2003, referendada pelo Decreto Legislativo nº 42, de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 29 de fevereiro de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Municipio de Ararus. Estado de São Paulo.

lo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

blicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 442, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº

88,066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processos nºs 53000.024840/2008 e 53790.000786/1998, resolve:

Processos n°s 53000.0248/d0/2008 e 53700.00786/1998, resolve:
Art. 1° Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3°, da Lei
n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 27 de
setembro de 2008, a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCATIVA NORDESTE, pela Portaria n° 387, de 2 de setembro de 1908,
publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 1908,
publicada no Diário Oficial da União de 27 de setembro de 1908,
pular executur, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifútsão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Soledade,
Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2° A execução do serviço de radiodifúsão cuia outorga é
recomunicações, leis subsequêncies e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legas após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da
Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vivor na data de sua pu-

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 443, DE 13 DE OCTUBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5" da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6", miesão II. do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.015143/2011, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, 8 3", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 29 de junho de 2011, a permissão outorgada nº FUNDAÇÃO FAPIT DE RADIO E TV EDUCATIVA, pela Portaria nº 29, de 10 de fevereiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2000, e referendada pelo Decreto Legislativo nº 249, de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Itarac, Estado de São Paulo do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-a pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-a pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 484, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, incisos I e IV. da Constituição, resolve:

Art. 1º Inchtir o subitem 11.1.2, na Norma 1/2011, aprovada, pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 68, de 18 de outubro de 2011:

2011:
"(...)11.1.2. A decisão de indeferimento de que trata o subitem 11.1 será proferida pelo Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 576. DE 31 DE OUTUBRO DE 2011

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9,472, de 16 de julho de 1997, e pelos arts. 17 e 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2,338, de 7 de outubro de 1997

1997.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 2º e 127 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e no art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO as contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 37, de 11 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2010;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500 0251 302,009.

CONSIDERANDO d constante dos atutos do Processo n 53500.0253130/2009; CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 627, realizada em 27 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME), na forma do Anexo a esta Resolucão.

Resolução.

Art. 2°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua pu-

RONALDO MOTA SARDENBERG

ANEXO

REGULAMENTO SOBRE OS CRITÉRIOS DE REAJUSTE DAS TARIFAS DAS CIJAMADAS DO SERVIÇO TELEFÓNICO FIXO COMUTADO ENVOLVENDO ACESSOS DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL OU DO SERVIÇO MÓVEL ESPECIALIZADO

TİTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E DA ABRANGÊNCIA
Art. 1". Este Regulamento estabelece os critérios de reajuste
das tarifas das chamadas dos Planos Básicos das concessionárias do
Serviço Telefonico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do
Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado
(SME), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional, em cumprimento no art. 108 da Lei Geral de Telecomunicações e à cláusula
12.3 dos contratos de concessão.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES
Art. 2". Para os fins deste Regulamento, aplicam-se, além

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º, Para os fins deste Regulamento, aplicam-se, além daquelas constantes da regulamentação, as seguintes definições:

1 - Área de Numeração (AN): área geográfica do território nacional, na qual os acessos telefonicos são identificados pelo código nacional composto por dois caracteres numéricos representados por séries [N₁₀N₀] do Plano de Numeração;

11 - Área de Registro (AR): área geográfica contínua, definida pela Anatel, onde é prestado o Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou Serviço Móvel Especializado (SME), tendo o mesmo limite geográfico de uma área de numeração onde a estação móvel do SMP ou do SME é registrada;

111 - Fator de Amortecimento (FA): fator utilizado para atenuar os efeitos da variação do IST acima de 10% (dez por cento);

out Serviço Movel Especializado (SME), tendo o mesmo imitte geográfico de uma área de numeração onde a estação móvel do SMP ou
do SME é registrada;

III - Fator de Amortecimento (FA): fator utilizado para atenuar os efeitos da variação do IST acima de 10% (dez por cento);
IV - Fator de Redução (R): fator utilizado para possibilitar a
redução escalonada dos VC e aplicado nos reajustes que antecedem a
determinação do valor de referencia da tarifa de uso de rede môvel;
V - Fator de Redução (R): fator utilizado para possibilitar o compartilhamento dos ganhos econômicos decorrentes da
modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como de
novas receitas alternativas, calculado de acordo com critérios estabelecidos em norma específica;
VI - Índice de Serviços de Telecomunicações (IST): indice
de atualização de tarifas, composto a partir de indices de preços
existentes, calculado de acordo com critérios estabelecidos em norma específica;
VII - Plano Básico: plano de serviço de oferta obrigatória e
não discriminatória a todos os usuários ou interessados no STFC;
VIII - Valor de Comunicação 1 (VC-1): Valor atribuído à
chamada comprecedida na modalidade Local do STFC, com 1 (um)
minuto de duração, originada em acesso do STFC e destinada a
acesso do SMP ou do SME cuja área de registro é igual à área de
numeração de igual a área de registro onde está localizado o acesso
móvel de origem;
IX - Valor de Comunicação 2 (VC-2): Valor atribuído à
chamada comprecedida na modalidade Longa Distância Nacional do
STFC, com 1 (um) minuto de duração, originada em acesso do STFC
e destinada a acesso do SMP ou do SME e teclsida no cobar em acesso do
sor de comprecendida na modalidade Longa Distância Nacional do
STFC, com 1 (um) minuto de duração, originada em acesso do STFC
e destinada a acesso do SMP ou do SME e destinada a acesso do SMP ou
código nacional da AN de destino ou originada em
acesso do SMP ou do SME e destinada a acesso do SMP cuja AR e
diferente da AR onde está localizado o acesso móvel de origem,
porém

calizado o acesso móvel de origem. CAPÍTULO III

CAPÍTULO III

DAS REGRAS GERAIS

Art. 3". A cada intervalo não inferior a 12 (doze) meses, por iniciativa da Anatel ou da Concessionária, observadas as regras da legislação vigente, as tarrifas objeto deste Regulamento podem ser renjustadas mediante aplicação da seguinte fórmula:

 $VC_t \le VC_{t_0} \cdot (1 - X - FA) \cdot (IST_t / IST_{t_0})$

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGA

DESPACHO

Ref. Processo nº 53000.016443/2010 Entidade: FUNDAÇÃO MÃE DE DEUS Assunto: Renovação de Outorga.

Tendo em vista que a permissão outorgada à Fundação Mãe de Deus, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, foi renovada por meio da Portaria nº 439, de 13 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2011, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 7 de novembro de 2011

VÂNEA RABELO Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

MNSF/mnsf/CGLO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722 70044-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº

76

/2011/GM-MC

Brasília, 9 de dezembro de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Analise e Acompanhamento de Políticas Governamentais Palácio do Planalto, 4º andar 70150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha anexo(s)

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00853 2011

- 53000.016443/2010

MC 00854 2011

- 53000.043114/2003

MC 00855 2011

- 53000.004848/2005

MC 00856 2011

-53000.070048/2006 - 2 volumes

MC 00857 2011

-53000.034204/2003 - 2 volumes

MC 00858 2011

- 53000.031712/2005

Atenciosamente,

E ALCÂNTARA DUTRA

Coordenador-Geral